

**Comunistas
levam
temas quentes
à Comissão
Permanente
da AR**

Págs. centrais

**DIRECÇÕES FUNDAMENTAIS
DE ACÇÃO** PARA A URGENTE
DEMISSÃO DO GOVERNO **Editorial** Pág. 2



Gustav Husák, Vasil Bilak e Álvaro Cunhal, numa foto do Rudě Právo, órgão central do PC da Checoslováquia

**DELEGAÇÃO DO PCP
NA CHECOSLOVÁQUIA
E NA JUGOSLÁVIA**

• **Entrevista com Álvaro Cunhal** Pág. 3

**INTENSIFICAM-SE AS LUTAS
DOS TRABALHADORES
NOS DISTRITOS DO PORTO E AVEIRO** Pág. 7

Suplemento



**Comentando
alguns comentários
sobre o PCP**

**ANO
ESCOLAR**

Seabra dá a mão
à palmatória
mas grita:

**Toca
a cumprir
a decisão
do conselho
de ministros**

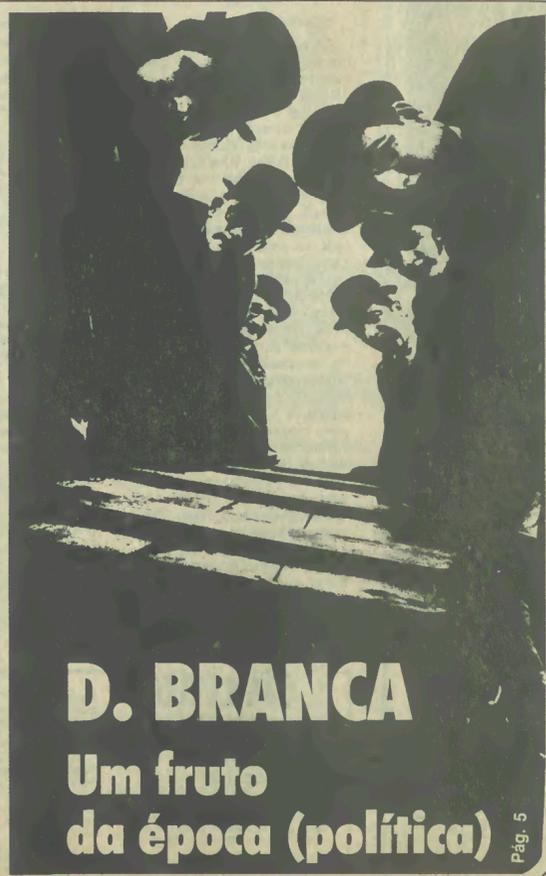


Págs. 8/9

ETIÓPIA

**A revolução
segue em frente**

Págs. 10/11



D. BRANCA

**Um fruto
da época (política)**

Pág. 5



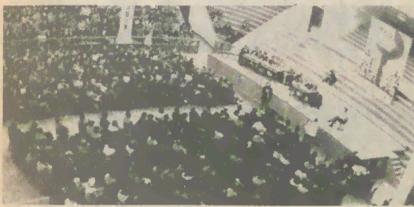
**CGTP
FAZ 14 ANOS**

Pág. 6

**Sábado e domingo
ÁLVARO CUNHAL
NO ALGARVE
E NO ALENTEJO**

Págs. centrais

SEMANA



19 Quarta-feira

Em Bruxelas, a CEE esvai-se em fumo, com as aspirações do Governo Soares/Pinto a irem cada vez mais por água abaixo. A CGTP-IN insurgiu-se contra o «inadmissível abuso de Poder» com que Mota Pinto premiou os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das forças armadas, ao proibir a sua actividade sindical. O Tribunal Constitucional anulou o despacho de Seabra que equiparava os ensinos oficial e religioso. O Governo nicaraguense acusou os Estados Unidos da América de terem cometido uma violação «sem precedentes» das suas águas territoriais, ao mesmo tempo que afirmou ter impedido a concretização de 50 atentados planeados pela CIA.

20 Quinta-feira

A economia portuguesa agravou-se consideravelmente no primeiro trimestre deste ano, e a tendência é para continuar a decair pelo menos até ao fim do ano. Esta análise pertence ao Banco de Portugal, que, no seu boletim trimestral, afirma que a inflação se mantém acima dos 30 por cento de média anual. Um estudo da CGTP-IN, baseado em dados oficiais, levou a uma conclusão de que o número de desempregados em Portugal é de mais de 600 mil. A central sindical acusa o Governo de, em apenas seis meses, ter destruído cem mil postos de trabalho. 27 mortos é o balanço provisório do atentado cometido em Beirute contra as instalações da embaixada americana. Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, responsabilizou a África do Sul pela manutenção da situação de guerra na África Austral.

21 Sexta-feira



O Governo e o grande patronato incumbiram a UGT de preparar um documento sobre fiscalidade. A ordem, dada no âmbito do chamado Conselho Permanente de Concertação Social, prevê que na proposta a ser elaborada sejam incluídas tributações aos trabalhadores da Função Pública. O Ministério da Educação, depois de ter afirmado que tudo estava a postos para a abertura do próximo ano lectivo, reconheceu que a situação é grave. De lembrar que os professores já há muito que vêm alertando para este problema. Na data do seu primeiro aniversário, o MDP chileno reafirmou a sua intenção de continuar a «aprofundar a luta pela democracia». Na Inglaterra, o sindicato dos transportes apelou aos seus membros para que boicotem o transporte de carvão para as centrais eléctricas. Nos países da Comunidade Económica Europeia o desemprego juvenil «ascende a quase 40 por cento».

22 Sábado



Importante manifestação desportiva de massas, a 35 Seixalada, Jogos Concelhais do Seixal, foi inaugurada com uma cerimónia desportiva. Nos jogos estão inscritos cerca de 8 mil praticantes. Os trabalhadores da empresa JAR, sem salários desde Junho, estão concentrados nas instalações de uma fábrica conserveira, em Vila Real de Santo António. A «Acta de Paz» elaborada pelo Grupo de Contadora da América Central foi assinada pela Nicarágua. A violação parece ter-se instalado definitivamente na África do Sul onde a polícia fascista assassinou mais dois trabalhadores mineiros, durante recontros onde mais 160 pessoas ficaram feridas. Atentado contra a embaixada americana em Beirute serve de pretexto aos EUA para enviarem uma esquadra naval para as costas libanesas.

23 Domingo

Chega a Lisboa a delegação do PCP que visitou a Checoslováquia e a Jugoslávia, onde manteve conversações com dirigentes do PCC e da LCI. O partido de Mota Pinto, cujo conselho nacional reuniu durante o fim-de-semana, exigiu a renegociação do acordo com Soares. O Ministério da Educação continua a fazer finca-pé para que as aulas se iniciem a 8 de Outubro; mesmo que depois seja necessário encerrar as escolas a 9. Vedetas não identificadas atacaram uma praia de Beirute. O ataque foi imediatamente atribuído, inclusivamente pelo governo libanês, a Israel. Com a possível entrada em greve dos engenheiros técnicos das minas britânicas, o conflito que opõe os mineiros ao governo de Thatcher, há mais de seis meses, ameaça agravar-se, agora que estamos à porta do inverno.

24 Segunda-feira

Bombeiros de todo o País estão reunidos em Viana do Castelo para discutirem a prevenção, a segurança e os problemas administrativos das corporações. Três petardos, prontamente condenados pelos trabalhadores da Reforma Agrária e pelas suas estruturas, deflagraram em Montemor-o-Novo. O povo da Guiné-Bissau comemora o seu 11.º aniversário como república independente. A assembleia do FMI e do Banco Mundial, inicia-se em Washington sob o signo da incerteza devido à alta do dólar.

25 Terça-feira

Desde 1981 que o Governo de Alberto João Jardim não apresenta à Assembleia Regional as contas da sua actividade administrativa, situação energeticamente condenada pela APU, em conferência de imprensa realizada na cidade do Funchal. A Federação Nacional de Professores (FENPROF) realiza em Lisboa na sede do SPGL uma conferência de imprensa em que se denuncia a grave situação das escolas no início de mais um ano lectivo. As conclusões da recente reunião do secretariado da FENPROF e do encontro dos seus representantes com o ministro da Educação foram temas em foco na conferência de imprensa. Tabaco, dinheiro e material de comunicações, além da prisão de quatro indivíduos, constituem rescaldo de uma operação levada a cabo pela Polícia Judiciária na zona de Setúbal. É o começo do desmantelamento de uma rede de contrabando que actuava a partir de Setúbal. O dólar volta a subir um pouco por todo o mundo. Confirma-se a retirada de tropas francesas do Tchad. Em Moscovo, o discurso de Reagan nas Nações Unidas é encarado como uma repetição de princípios, embora com nova «moldura», sobre a sua política de corrida aos armamentos.

Editorial

DIRECÇÕES FUNDAMENTAIS DE ACÇÃO

A última reunião plenária do CC do PCP confirma uma vez mais a justeza da análise, das conclusões e das previsões políticas do X Congresso.

A demissão do Governo Soares/Mota Pinto, então considerada como objectivo político central do movimento popular e democrático, assumiu, com a intensificação do processo contra-revolucionário, carácter de urgência.

As razões que a impõem tornam-se mais evidentes e incontroversas à medida que os dias passam sob o archo do Governo actual.

Para se atingir aquele objectivo político central, o CC do PCP indicou quatro direcções fundamentais de acção. Estudadas as formas da sua execução prática, dar-lhe conteúdo apropriado e necessária expressão política é agora a tarefa imediata e mais importante dos comunistas.

Desenvolver e dinamizar a luta de massas em todas as frentes, em grandes e pequenas acções — primeira das direcções indicadas — exige sensibilidade de classe e conhecimento objectivo dos factores que condicionam a situação, isto é, o conhecimento concreto da vida do povo e dos seus problemas mais prementes, quer nas características gerais quer nas suas manifestações particulares.

O problema dos salários, pensões e reformas é, na ordem dos que mais afectam a existência diária dos trabalhadores, dos mais sentidos senão o mais sentido.

Sabe-se que a redução substancial do salário real dos trabalhadores, a quebra efectiva do seu poder de compra, é uma deliberação verificada e confessada da política social do Governo Soares/Mota Pinto, activamente empenhada em formas mais aceleradas e brutais da acumulação capitalista.

Os próprios índices oficiais, de duvidosa validade, reflectindo factores contraditórios da política governante, são indicativos dessa deliberada guerra social movida contra os trabalhadores.

Os índices oficiais, que acusam, só no 1.º trimestre deste ano, uma queda de 15% nos salários reais e no 1.º semestre uma taxa de crescimento de 31% nos preços ao consumidor, ilustram o crescente abismo entre os preços e os salários, naturalmente com expressão mais dramática no capítulo das pensões e reformas.

O acréscimo do desemprego, que já ultrapassa os 600 000 desempregados, e o cancro dos salários em atraso agravam numa escala galopante uma situação que se caracteriza já pela pauperização extrema, a miséria e a fome dos trabalhadores.

O pacote laboral que o Governo se prepara para fazer aprovar na Assembleia da República teria por efeito imediato, se fosse aprovado, uma escalada sem precedentes da exploração de classe dos trabalhadores.

A luta contra a política anti-social do Governo Soares/Mota Pinto deve ganhar um novo vigor, maior amplitude e força política na multiplicação e dinamização das lutas parciais e acções de massas do mais variado tipo.

A legalidade democrática possibilita uma grande variedade de formas, dá mais força e legitimidade à luta dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida.

A situação que duramente atinge o mundo do trabalho não é, porém, uniforme — varia de local para local, de empresa para empresa, de um sector social para outro.

É mais grave nuns sectores, menos noutros; maior disposição de luta nuns, menos combatividade noutros. Em vários a repressão patronal é um factor de hesitações que acabam por se pagar caras.

Ter em conta estas diferenças de situação é de uma grande importância para a intensificação e dinamização das lutas populares contra a política do Governo.

Necessariamente, as formas de luta contra a «tigela de sopas» em vez do pagamento dos salários atrasados nas Malhas do Ameal terão de ser diferentes das da CIFA ou da MDF contra os despedimentos e os salários em atraso.

Na Lisnave, a luta dos trabalhadores contra os planos de despedimento de 1700 operários pelos Mellos da antiga CUF e pelo pagamento dos salários em atraso reflecte

uma disposição e uma consciência diferentes daqueles outros de outras empresas que se deixam embalar pelos acenos enganadores do Governo e do patronato de que as remunerações atrasadas serão pagas com juros.

Detectar as diferenças, saber eleger as formas apropriadas para cada caso, esclarecer, organizar, mobilizar em escala crescente os trabalhadores é condição necessária para passar das pequenas às grandes lutas, para dar execução prática à primeira direcção fundamental de acção indicada pelo CC do PCP.

Os quinze comícios organizados pelo movimento sindical unitário para as comemorações no mês de Outubro do 14.º Aniversário da CGTP-IN, possibilitarão seguramente um novo salto na tomada de consciência das tarefas imediatas do movimento operário e popular.

É sob este ângulo que devem ser encaradas a unidade e a acção comum ou convergente dos trabalhadores, das classes e camadas antimonopolistas, de todos os democratas e patriotas — indicadas como segunda direcção fundamental de acção pelo CC do PCP.

A política de reconstrução acelerada dos monopólios e dos latifúndios, sobre a base da destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária e do esmagamento dos interesses dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, inscrita como ponto cimeiro do acordo de celebrados entre o PS e o PSD, base da formação do Governo Soares/Mota Pinto, põe contra a clique governante vastos sectores da população, reclama resposta pronta e firme do movimento popular e democrático.

A ofensiva do grande capital português e das multinacionais contra o sector público e nacionalizado subiu de tom com a criação de bancos privados e a sangria financeira a seu favor da banca nacionalizada.

O fenómeno «D. Branca», com aspectos de uma monumental burla de milhares de modestos detentores da poupança, é um símbolo do descrédito e da insegurança do nosso sistema bancário produzidos pela política de bancarrota do Governo Soares/Mota Pinto.

Multiplicam-se as falências, acentua-se a quebra brusca das vendas, a indústria, em particular a indústria transformadora, acusou nos primeiros 6 meses do ano uma diminuição de 3% no ritmo de produção, a paralisação ameaça e ataca zonas importantes da nossa actividade produtiva e económica, em especial na têxtil, na metalurgia e na construção civil.

O Governo PS/PSD prepara-se para carregar o acelerador no plano legislativo com uma nova lei dos baldios, numa nova lei do arrendamento rural, a celerada lei das rendas que afectará principalmente os velhos trabalhadores reformados e o pequeno comércio.

Por outro lado, o Governo prepara numa nova lei anti-reforma agrária — a que significativamente chama «lei de bases da política agrícola»; as pressões para as «reformas de estrutura» de destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária aumentam da parte dos sectores mais radicais da direita no Governo e fora dele. Mota Pinto reclama com renovada fúria o «desmantelamento do 11 de Março». A CIP e CAP vociferam contra o regime democrático e as conquistas de Abril.

Na política externa a crescente subordinação do nosso país à política de guerra do imperialismo e da NATO põe em grave risco a paz, a segurança, a integridade e a independência de Portugal.

Este conjunto de problemas e de sectores sociais afectados pela política do Governo Soares/Mota Pinto cria uma forte solidariedade de interesses entre camadas das mais variadas e vastas da população portuguesa, abre condições favoráveis para a sua mobilização numa larga frente de luta.

É no nexo destes variados interesses, duramente atingidos pela política do Governo PS/PSD, que reside a base para o alargamento da unidade e da acção comum ou convergente das forças sociais e políticas interessadas numa alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

A intensificação e dinamização do movimento operário, popular e democrático de massas, a unidade e a acção comum ou convergente de todas as forças e de todos os democratas e patriotas portugueses exige a luta firme e activa pelo funcionamento democrático das instituições — terceira direcção fundamental de acção indicada pelo CC do PCP.

O Governo Soares/Mota Pinto acelera a criação de mecanismos legislativos e técnicos para a intensificação dos métodos autoritários, repressivos e violentos visando a criação de um Estado totalitário e policial virado para a destruição a curto prazo do regime democrático e do 25 de Abril. A clique governante tenta escancarar as portas ao arbítrio e aos abusos do Poder.

Neste momento, a coligação governante procura impor na Assembleia da República normas regimentais antidemocráticas que reduziriam a uma irrisória expressão os direitos da oposição democrática.

O Governo pretende acelerar a aprovação na especialidade da monstroza proposta de lei da segurança interna.

Os recentes atentados bombistas perpetrados por forças que falsamente se reclamam de revolucionárias e de esquerda, servem de facto a contra-revolução e a ofensiva de direita do Governo Soares/Mota Pinto.

Nos arrais da reacção reclama-se a urgente imposição de uma nova lei eleitoral que reduziria a uma caricatura a representação democrática.

O pacote autárquico, já praticamente em aplicação na transferência de encargos e competências do Poder Central para as autarquias, inadequados e sem contrapartidas financeiras, como os transportes escolares, a manutenção dos estabelecimentos de ensino, os cuidados da saúde e outros, a aberrante proposta de lei de tutela para as autarquias e outras medidas, assestariam — se fossem avante — um sério golpe no Poder Local democrático e na autonomia dos órgãos autárquicos inscrita na Constituição.

A luta pelo funcionamento democrático das instituições abre um largo campo à unidade, à acção comum ou convergente de vastos sectores da população e da opinião democrática, de todos os portugueses patriotas.

Neste capítulo, a luta contra a aprovação da monstroza proposta de lei de segurança interna, desde já na Assembleia da República e fora dela, é essencial para travar o passo à reacção, para a defesa da legalidade democrática, da Constituição, das liberdades e direitos dos cidadãos, para continuar Abril.

Para levar avante com êxito estas três direcções fundamentais de acção, o CC do PCP indica uma quarta sem a qual seria impensável incrementar e dinamizar a luta pela urgente demissão do Governo Soares/Mota Pinto e por uma alternativa democrática: o reforço do Partido em todos os aspectos essenciais da sua actividade.

A responsabilidade dos comunistas em todo este processo é determinante.

Impõe-se o melhoramento do trabalho organizativo, o reforço das células de empresa, a melhoria imediata da acção no movimento sindical, nas autarquias, nas organizações sociais, em todas as frentes onde fluem a vida e os interesses das massas populares.

Um intenso trabalho de esclarecimento político a realizar no seio das massas pressupõe dinamismo, iniciativa política, elevada capacitação e consciencialização dos comunistas. A estreita ligação com o povo e a mobilização das massas populares exigem a operosidade e o funcionamento regular das organizações do Partido, a discussão organizada dos problemas que preocupam as massas e decisões claras e acertadas para a acção de cada organismo e camarada.

Neste momento está em curso a campanha de recrutamento de mais 10 000 membros para o PCP. A experiência mostra que lá onde a iniciativa e o dinamismo das organizações e quadros do Partido se manifestam o cumprimento das metas se alcança com maior facilidade e rapidez.

A urgência da demissão do Governo Soares/Mota Pinto, objectivo central de um vasto processo de luta, será conseguida pela dinamização destas direcções fundamentais de acção indicadas pelo nosso Comité Central.

Saudação do PCP ao Partido FRELIMO

Por ocasião do 20.º aniversário do início da luta armada em Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Frelimo, a mensagem que transcrevemos:

Queridos camaradas

Completam-se 20 anos sobre a corajosa decisão do povo moçambicano de iniciar a luta armada que o conduziu à vitória sobre o colonialismo português, à conquista da independência de Moçambique, à criação da RPM. Luta que viria mais uma vez confirmar que os trabalhadores e os povos quando unidos, organizados e dispostos a lutar são invencíveis por maiores que sejam os sacrifícios.

Por motivo do aniversário desta data histórica, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses, e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores portugueses, saúda calorosa e fraternalmente o povo moçambicano e o Comité Central do Partido Frelimo, sua vanguarda revolucionária.

O PCP presta, nesta ocasião, homenagem a todos os combatentes caídos pela libertação da sua pátria e recorda a memória do primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, criminosamente assassinado pelo colonialismo português.

Queridos camaradas

As lutas vitoriosas dos povos de Moçambique e de Angola, galvanizando a luta dos povos da África Austral ainda oprimidos, contribuíram decisivamente para alterar a correlação de forças na região.

Com o apoio do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, os racistas sul-africanos tentam por todos os meios incluindo o da agressão militar inverter o rumo dos acontecimentos na região, desestabilizar e liquidar as jovens revoluções triunfantes a fim de salvar o odioso regime do «apartheid» e tentar impor o seu domínio na região.

Solidário com a Frelimo desde a sua fundação, o PCP tudo fará para reforçar essa solidariedade e cooperação com o Partido Frelimo, com o seu Comité Central, dirigido pelo camarada Samora Moisés Machel, na luta pela liquidação das sequelas do colonialismo e pela construção de uma nova sociedade liberta da exploração capitalista.

Na base dos princípios da igualdade, da não ingerência, do respeito mútuo e da recipro-

cidade de vantagens, o PCP continuará incansavelmente a agir para que se reforcem em todos os domínios as relações de amizade entre o povo português e o povo moçambicano e as relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique.

Na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, o PCP continuará a sua acção para que se reforcem as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos dois povos e países.

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português deseja ao Partido Frelimo e por seu intermédio ao povo moçambicano novos e grandes sucessos na sua luta contra os bandos armados, pelo progresso social e pela paz.

Viva o 20.º aniversário do início da luta armada em Moçambique!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Frelimo!

Viva o internacionalismo proletário!
(Ver também na pág. 14 do Suplemento)

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Demissão do Governo Imperativo Nacional

- A grande Festa do «Avante!» 84
- Cumprir o objectivo da Campanha de Recrutamento em Vila do Paraíso (Gaza)
- Campanha de Reforço das Células de Empresa

Importante vitória em S. Lourenço (Setúbal) em 1.ª Lavareira (Zambúzar)

O Militante

ano 52 • série IV • N.º 112

sumário

- 1 Demissão do Governo Imperativo Nacional
- 2 Cumprir o objectivo da Campanha de Recrutamento
- 3 Como se alargaram os efectivos do Partido em Vila do Paraíso (Gaza)
- 4 Campanha de Reforço das Células de Empresa
- 5 No Conselho da Guarda Uma célula de empresa reactivada e em progresso
- 6 No Conselho de Beaganga O recrutamento e a criação de uma célula de empresa
- 7 Campanha de Reforço das Células de Empresa do Sector de Seguros da ORL
- 8 importante vitória da APU em S. Lourenço (Setúbal)
- 9 A grande Festa do «Avante!» 84
- 10 Reunião de Quadros sobre a emigração
- 11 Reunião de Quadros do PCP, Reunião de Quadros da República
- 12 Um ano de luta na Assembleia Regional
- 13 Inquéritos parlamentares de iniciativa do PCP
- 14 Eleições para as Assembleias Regionais das Açores e da Madeira
- 15 Encontro de Quadros da ORL

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont 57 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779829 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcovas de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28994

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57 4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda 51.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 776356 776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tragem do mês de Julho: 41 925

PCP

Delegação do PCP na Checoslováquia e Jugoslávia

Regressou no passado domingo de uma visita à Checoslováquia e à Jugoslávia uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral, e que integrava ainda os camaradas Marília Vilaverde Cabral e Albano Nunes, do Comité Central.

As visitas àqueles dois países realizaram-se, conforme referimos no último número, a convite, respectivamente, das direcções do Partido Comunista da Checoslováquia e da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

No aeroporto da Portela a delegação foi recebida por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Aguardavam também a delegação os encarregados de Negócios das Embaixadas da República Socialista da Checoslováquia e da República Socialista Federativa da Jugoslávia.

Em breve entrevista, que junto publicamos, registámos as opiniões do camarada Álvaro Cunhal sobre esta viagem da delegação do PCP. Publicamos também nesta página o Comunicado Conjunto assinado no final das conversações entre as delegações do PCP e do PCC.

Álvaro Cunhal fala ao «Avante!»

Qual a razão destas visitas da delegação do PCP à Checoslováquia e à Jugoslávia? Tinham algum objectivo particular?

Estas visitas enquadram-se nas relações normais entre o nosso Partido e os partidos desses países. Não houve nenhuma razão particular ou conjuntural a determiná-las. No que respeita à Checoslováquia, são conhecidos de há muito os laços de amizade e solidariedade recíproca existentes entre o PCP e o PC da Checoslováquia. Trata-se de um partido que, no tempo da ditadura fascista, sempre apoiou activamente a luta difícil e dura do nosso partido e do povo português. O mesmo depois do 25 de Abril.

Portanto, no que respeita às relações entre os nossos dois partidos, esta visita foi uma continuação das relações fraternais existentes. Sem qualquer dúvida continuarão a desenvolver-se. É de referir que, durante a visita, teve lugar com grande participação dos trabalhadores um comício de amizade na fábrica «Zbrojovka», momento que particularmente nos sensibilizou, e um outro comício na visita a uma cooperativa agrícola.

Em toda a parte fomos magnificamente recebidos. Foi divulgado um Comunicado Conjunto respeitante à visita. Quais os principais problemas debatidos com o PC da Checoslováquia?

Como o Comunicado Conjunto noticia, a delegação teve um encontro com o camarada Gustav Husak, secretário-geral do Partido e Presidente da República e realizou conversações com uma delegação dirigida pelo camarada V. Bilak. Teve também um encontro de trabalho com os dirigentes do Partido do distrito de Brno. Nas conversações, além da habitual troca de informações acerca da situação nos países respectivos e da actividade dos respectivos partidos, abordaram-se aspectos essenciais da situação internacional.

Como se pode ler no Comunicado Conjunto, os dois partidos vêem com inquietação o agravamento da situação internacional provocada essencialmente pela política de ingerência, de agressão e de guerra do imperialismo norte-americano e sublinham a necessidade de acção comum e de solidariedade recíproca entre todas as forças anti-imperialistas designadamente os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

O Comunicado Conjunto indica orientações fundamentais comuns aos dois partidos na esfera internacional, designadamente no que respeita à apreciação dos mais perigosos focos de tensão (Europa, América Central, África Austral, Próximo Oriente) e à solidariedade para com os trabalhadores e os povos em luta.

A delegação teve a ocasião de tomar contacto directo com a realidade checoslovaca. Quais as vossas impressões?

Como é sabido, a visita foi muito curta. Mas recebemos uma muito vasta e concreta informação e fizemos algumas visitas de grande interesse (Feira de Brno, fábrica «Zbrojovka», Cooperativa Agrícola Unida «Slusovice», armazéns, etc.). As nossas impressões são claramente favoráveis.

Os resultados no domínio económico e social são muito positivos. A produção e a produtividade avançam, o nível de vida é elevado e a agricultura checoslovaca tem uma forte base própria tanto na indústria como na agricultura. Um traço importante e um tanto ímpar da situação é a reduzida dívida externa. Este facto mostra bem a solidez da base económica da Checoslováquia Socialista e as favoráveis perspectivas para

o seu desenvolvimento. E no que respeita à Jugoslávia? Qual o resultado das conversações? Quais as vossas impressões acerca do país?

A visita à Jugoslávia deu-se a convite da Presidência da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, com a qual o nosso Partido mantém relações boas e normais.

Fomos muito bem recebidos, com respeito e cordial hospitalidade.

Realizaram-se conversações com o presidente da Presidência da LCJ, camarada Sukrija e outros camaradas da Presidência. Tivemos um encontro com o vice-presidente da República, Numa visita que fizemos a Zagreb, realizou-se também um encontro com o camarada presidente da Presidência do CC da LCJ da Croácia, camarada Spiliak, e outros dirigentes.

Tivemos um interessante encontro com a direcção e os professores da Escola Josif Bros Tito, da LCJ.

As conversações decorreram num bom ambiente, com manifesta e mútua vontade de melhor conhecimento recíproco.

Expressou-se a vontade comum de manter e aprofundar as relações entre os dois partidos.

O conteúdo do Comunicado Conjunto com a Liga dos Comunistas da Jugoslávia indica o conteúdo das conversações?

Não houve Comunicado Conjunto. Por um lado os camaradas disseram-nos não ser seu hábito fazer comunicados conjuntos. Por outro lado, há diferenças de pontos de vista em questões internacionais e ideológicas importantes.

A vossa chegada referiste a experiência jugoslava de autogestão. Seria de interesse dizeres alguma coisa mais a esse respeito.

De facto, referi a visita que fizemos à fábrica de petroquímica Inacki e o interessante encontro que nela tivemos.

Os camaradas explicaram largamente o sistema de autogestão respondendo às nossas numerosas perguntas. Como tive ocasião de dizer à nossa chegada, é uma experiência cujo conhecimento interessa aprofundar. Aliás já mais de uma vez, o nosso Partido enviou à Jugoslávia delegações com o objectivo concreto de conhecer as experiências autogestionárias.

Compreende-se este nosso interesse. No processo da revolução de Abril os trabalhadores portugueses iniciaram também uma experiência, hoje talvez única em países capitalistas, de soluções autogestionárias. Lembramos que não se tratou de um sistema decidido e legislado pelo governo, mas de métodos de direcção e gestão descobertos pelos próprios trabalhadores, quando, no processo de democratização da vida nacional, tiveram que assegurar a direcção da produção e a gestão em muitas centenas de empresas abandonadas ou abandonadas pelo patronato reaccionário. Foi particularmente o caso das empresas intervencionadas.

Uma última pergunta. Foram discutidas as relações entre Portugal e os dois países visitados?

Só em termos gerais. Nessa matéria, a conclusão fundamental, tanto com os camaradas checoslovacos como com os camaradas jugoslavos é que as relações entre os nossos partidos são uma das expressões mais elevadas das relações entre os nossos povos e constituem uma contribuição para que se desenvolvessem mutuamente relações de cooperação entre os Estados.

Com o processo contra-revolucionário e a escandalosa entrega da maior parte dessas empresas aos antigos capitalistas, interrompeu-se uma das mais ricas experiências da revolução portuguesa e da intervenção criativa dos trabalhadores na esfera da produção e da organização económica. E porém uma experiência a conservar bem viva porque poderá ser retomada. Aliás é uma das formas da nova organização económica portuguesa, resultante da liquidação do capitalismo monopolista. Está consagrada no art. 61 da Constituição.

Isto explica o nosso interesse pelo estudo da experiência autogestionária da Jugoslávia, como das experiências autogestionárias noutros países.

Significam essas palavras que a experiência da autogestão dos trabalhadores portugueses na revolução de Abril se inspirou na experiência jugoslava?

Não. A experiência portuguesa resultou directamente do processo revolucionário que colocou os trabalhadores à frente das próprias empresas, tendo que resolver todos os problemas da sua actividade.

A autogestão na revolução de Abril foi um processo próprio e criativo. É muito diferente do sistema autogestionário jugoslavo, que constitui a forma essencial da organização da economia da Jugoslávia.

Quais as vossas impressões sobre a situação económica da Jugoslávia?

Os camaradas falaram-nos do trabalho que desenvolvem para superar os problemas existentes. Há realizações importantes. Mas existe um ponto particularmente fraco na situação económica actual: uma elevadaíssima dívida externa que comporta encargos anuais também elevadíssimos.

O Fundo Monetário Internacional, instrumento do imperialismo, é implacável. Nós portugueses conhecemos bem o que têm representado os empréstimos negociados com o Fundo. Os empréstimos do Fundo são em regra acompanhados por estagnação ou recessão na produção, elevada inflação, desemprego e descida de salários reais. É pois um problema muito sério. Os camaradas jugoslavos explicaram-nos largamente as orientações e medidas que tomam para a solução de tais problemas e o desenvolvimento económico do país. Acompanhamos com muito interesse a edificação do socialismo na Jugoslávia.

Uma última pergunta. Foram discutidas as relações entre Portugal e os dois países visitados?

Só em termos gerais. Nessa matéria, a conclusão fundamental, tanto com os camaradas checoslovacos como com os camaradas jugoslavos é que as relações entre os nossos povos e constituem uma contribuição para que se desenvolvessem mutuamente relações de cooperação entre os Estados.



A delegação do PCP recebida na Cooperativa Agrícola Unida Slusovice, na Morávia (Checoslováquia)



A imprensa jugoslava deu larga cobertura à visita da delegação

Comunicado conjunto PCP-PC da Checoslováquia

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia visitou a República Socialista da Checoslováquia uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral. Da delegação faziam também parte os camaradas Marília Vilaverde Cabral, membro do Comité Central e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

No CC do Partido Comunista da Checoslováquia a delegação do PCP foi recebida pelo camarada Gustav Husák, Secretário-Geral do PCC e Presidente da República e teve conversações com o camarada Vasil Bilak, membro do Presidium e Secretário do CC do PCC, em que participaram também os camaradas Michal Stejskal, membro suplente do CC e primeiro vice-chefe da Secção Internacional, e Radoslav Klein, vice-chefe da Secção Internacional.

O camarada Gustav Husák, Secretário-Geral do PCC e Presidente da República, entregou ao camarada Álvaro Cunhal a «Ordem da Amizade».

As conversações decorreram num ambiente de amizade e camaradagem que sempre caracterizou as relações entre os dois partidos. As delegações trocaram informações e opiniões sobre a situação nos países respectivos, a actividade dos dois partidos, diferentes aspectos da situação internacional e problemas do movimento comunista e operário internacional.

A delegação do Partido Comunista Português informou a delegação do Partido Comunista da Checoslováquia sobre a luta que os comunistas travam em Portugal pela defesa do regime democrático e das conquistas revolucionárias, salidas da revolução de Abril. Pôs em destaque os esforços que o PCP realiza para, com outras forças, sectores e individualidades democráticas, encontrar uma alternativa democrática e patriótica ao actual Governo cuja política de restauração dos monopólios e latifúndios e de submissão ao imperialismo norte-americano agrava profundamente as condições de vida do povo e todos os problemas nacionais e constituiu uma séria ameaça ao próprio regime democrático. Destacou o papel fundamental da luta da classe operária e das massas populares e exprimiu a confiança dos comunistas portugueses no futuro democrático do Portugal de Abril.

A delegação do Partido Comunista da Checoslováquia expressou a solidariedade internacionalista dos comunistas e

do povo da República Socialista da Checoslováquia para com a luta que trava o PCP em defesa dos direitos do povo português, do regime democrático saído da revolução de Abril e das suas conquistas, pela paz e o socialismo. Expressou o seu alto apreço pela política de princípios e êxitos alcançados pelo PCP, confirmados pelo seu X Congresso. Informou os camaradas portugueses sobre os êxitos alcançados pelos comunistas checoslovacos e pelo povo da Checoslováquia na construção da sociedade socialista avançada e no cumprimento das tarefas determinadas pelo XVI congresso.

A delegação do PCP expressou o seu alto apreço pelos resultados obtidos pelo PCC e o povo da Checoslováquia na construção do socialismo. A realidade da Checoslováquia socialista, os conhecimentos da realidade checoslovaca que a delegação pôde colher durante a sua visita, confirmaram a convicção profunda dos comunistas portugueses de que só o socialismo pode garantir a elevação do nível de vida material e cultural de todos os trabalhadores, um desenvolvimento económico e social ao serviço do homem.

Analisando a situação internacional as duas delegações condenaram firmemente a política belicista e hegemónica do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO, responsável pelo perigoso agravamento da tensão internacional. O imperialismo, procurando por todos os meios ultrapassar a crise profunda em que se debate, intensifica a corrida aos armamentos e aumenta a sua agressividade num esforço para obter a supremacia militar e, a partir de uma posição de força, impor a sua vontade aos outros povos. Este curso perigoso de confrontação é sobretudo orientado contra as forças do progresso social e do socialismo num esforço para pôr em causa as suas vitórias e realizações e sufocar a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos.

As duas delegações consideram particularmente perigosa a situação criada na Europa como resultado da instalação dos novos mísseis norte-americanos nalguns países da NATO. Expressaram a sua opinião de que é necessário fazer tudo para eliminar o perigo de uma guerra nuclear que ameaça a própria existência da humanidade. Neste sentido valorizaram altamente as propostas de paz da URSS e da comunidade dos países socialistas com vista a ultrapassar a grave situação existente e condenaram as campanhas de provo-

cações anticomunistas e anti-soviéticas com que o imperialismo, em especial os EUA, procura justificar a sua política agressiva e dar cobertura aos seus verdadeiros objectivos.

No momento em que entramos no período do 40.º aniversário da vitória sobre o fascismo hitleriano e os seus aliados, quando evocamos as vítimas e o terrível sofrimento que a 2.ª Guerra Mundial trouxe consigo, os dois partidos condenam todas as tendências neofascistas e revanchistas assim como quaisquer pretensões à revisão das fronteiras da Europa do após guerra.

O PCP e o PCC actuam invariavelmente em defesa da paz, lutando pelo fim da corrida aos armamentos e pelo desarmamento, e em primeiro lugar o desarmamento nuclear, para impedir a militarização do espaço, pela solução dos conflitos pela via das negociações, respeitando os princípios da igual segurança. No interesse da defesa da paz é necessário liquidar pela via política todos os focos de tensão e de guerra atizados pelo imperialismo.

Os dois partidos apoiam activamente o vasto movimento popular pela paz que se desenvolve em todo o mundo, em particular na Europa.

As duas delegações consideram que, para conjurar os perigos resultantes do agravamento da situação internacional e defender consequentemente a paz, se torna necessário o reforço da unidade do movimento comunista internacional e da cooperação e solidariedade recíproca dos países socialistas, do movimento operário dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional, assim como todas as forças progressistas e amantes da paz.

Analisando a situação na África Austral as duas delegações condenaram a criminal política do regime racista do «apartheid» da África do Sul e as suas agressões aos países da Linha da Frente e expressaram a sua solidariedade à luta dos povos de Angola, de Moçambique, África do Sul e Namíbia, dirigidos respectivamente pelo MPLA-PT, Partido Frelimo, ANC e Swapo.

As duas delegações exprimiram a sua solidariedade para com a Organização de Libertação da Palestina, as forças patrióticas e progressistas libanesas e a Síria que se encontram na primeira linha da luta contra a política do imperialismo e do sionismo no Médio Oriente. Saudaram os esforços da OLP com vista a reforçar a sua unidade. Expressaram a sua convicção de que a paz justa e duradoura no Médio Oriente exige

a retirada incondicional das tropas ocupantes de Israel do Líbano e de todos os territórios árabes ocupados desde 1967 e reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestino, incluindo o direito à criação do seu próprio Estado livre e independente. Salientaram a importância, como caminho para resolver a crise no Médio Oriente, das propostas de realização de uma Conferência Internacional com a participação de todos os países interessados, inclusive a OLP, único e legítimo representante do povo árabe da Palestina.

As duas delegações condenaram a política de guerra não declarada conduzida pelo governo Reagan contra a Nicarágua, as constantes ameaças de agressão directa contra este país por parte dos EUA e expressaram à FSLN e ao povo da Nicarágua a sua solidariedade militante. De igual modo expressaram a sua solidariedade à luta heroica do povo de El Salvador e demais povos da América Central e Latina. Condenaram uma vez mais a brutal agressão dos EUA contra Granada e a liquidação da sua independência.

O PCP e o PCC são solidários com todos os povos que lutam contra o fascismo, o racismo, o colonialismo e o imperialismo.

As duas delegações expres-

saram a sua vontade de desenvolver e aprofundar ainda mais as relações fraternais existentes entre o PCP e o PCC e de continuar a agir para o fortalecimento da amizade entre os povos dos dois países e o desenvolvimento das relações entre Portugal e a Checoslováquia na base da igualdade, da não ingerência, do respeito mútuo e da reciprocidade de vantagens.

Durante a sua estadia na Checoslováquia a delegação do PCP visitou, na Morávia, a Feira Internacional de Brno, a empresa de produção de máquinas «Zbrojovka», e a Cooperativa Agrícola Unida «Slusovice», onde se encontrou com os representantes do Partido e do Estado da região e com os trabalhadores. Na empresa «Zbrojovka» realizou-se um comício de amizade em que usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal.

A visita da delegação do PCP à Checoslováquia constituiu um novo e importante contributo para o estreitamento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade de há muito existentes entre o PCP e o PCC, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

A delegação do PCP convidou uma delegação do PCC a visitar Portugal. O convite foi aceite com satisfação.

Nacional

Plano do Governo contra os interesses dos emigrantes em França

A Comissão para o trabalho entre a Emigração do PCP divulgou no passado dia 22 o seguinte comunicado essencialmente dirigido aos trabalhadores emigrantes:

Através de um despacho de 31 de Julho de 1984 (Diário da República de 22/8/84) assinado pela Secretária de Estado da Emigração, Manuela Aguiar do PSD e de uma nota de serviço de 10 de Setembro último, emitida pela Embaixada de Portugal em Paris encabeçada por Walter Rosa, do Partido Socialista, pretende-se, segundo o Governo PS/PSD, «introduzir algumas correcções na estrutura e no funcionamento dos serviços do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidade Portuguesa em França».

1. Existe um projecto de reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, entre outros aspectos, transformaria a Secretaria de Estado da Emigração numa sucursal do Ministério sem qualquer au-

tonomia, agravando ainda mais a escandalosa situação de falta de protecção de que os emigrantes portugueses são vítimas. O despacho agora emitido insere-se nesse projecto e transforma o serviço de apoio aos emigrantes em França e os respectivos funcionários numa dependência da Embaixada e dos Consulados atribuindo ao Embaixador o poder disciplinar de «super-intendente» e de distribuir arbitrariamente dos funcionários pelos diversos serviços. O objectivo será o desmantelamento do serviço de apoio aos emigrantes transformando-o num gabinete inteiramente ao serviço da política do Governo PS/PSD através da Embaixada em Paris.

2. A nota de serviço da Embaixada pretende, sem consulta prévia aos interessados, o afastamento do serviço de apoio aos emigrantes de quadros técnicos que apesar da ausência de apoio central, se têm prestigiado pela sua acção no apoio cultural ao movimento associativo, no serviço de apoio social e no sector de apoio jurídico. Estes afastamentos devem-se ao facto destes funcionários serem destacados dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas na Europa (STCDE).

3. Um outro objectivo das medidas agora tomadas é a tentativa de colocação nos di-

ferentes serviços de contacto com a Emigração, de pessoas afectas ao PS e ao PSD. Através de uma política de corrupção e compadrio o Governo PS/PSD prepara-se para reforçar a sua acção desorganizadora e manipuladora da Comunidade Portuguesa em França face à previsível realização próxima de eleições.

4. As medidas agora tomadas pelo Governo Português foram-nos sem consulta prévia às estruturas representativas dos emigrantes como sejam as associações e o Conselho das Comunidades.

Por detrás desta manobra, é o próprio apoio aos trabalhadores emigrantes que está em causa. Apoio esse que num momento profundamente grave de insegurança e de incerteza para os trabalhadores emigrantes quanto ao seu futuro e ao dos seus filhos é fundamental e imprescindível. Tal como acontece em Por-

tugal, também no respeitante à Emigração o Governo de Mário Soares/Mota Pinto coloca os seus planos de destruição da democracia acima dos interesses dos emigrantes e do país.

As medidas agora tomadas confirmam as advertências feitas pelo PCP acerca do carácter antidemocrático da política levada a cabo pelo PS e pelo PSD e da necessidade urgente da demissão do seu Governo.

5. A Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração do Partido Comunista Português está solidária com todas as acções consequentes que visem a derrota deste plano subversivo dos interesses dos trabalhadores portugueses em França e apela a todos os emigrantes para que se unam e lutem pelas suas reivindicações, pela imediata demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto, pela formação de um Governo Democrático que defenda e promova a prossegua a

PCP

Plenários das organizações

Célula da Petrogal/Lisboa

A análise da situação política e social estará em foco no plenário dos trabalhadores comunistas da Petrogal, a realizar hoje, às 18 e 30, no Centro Vitória, Avenida da Liberdade, 170, Lisboa. Participará nos trabalhos o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC.

Bairros de Marvila

No Centro de Trabalho do PCP em Marvila (Lisboa), decorrerá no próximo sábado um plenário de militantes comunistas das células de Bairros. Estará presente o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central. Da ordem de trabalhos faz parte a situação política e social da actualidade.

Empresas dos Olivais

Com a mesma «agenda», reúnem-se no próximo dia 3 de Outubro as células de empresa dos Olivais (Lisboa), no Centro de Trabalho de Mosca. O início do plenário está previsto para as 18 e 30. Participará nos trabalhos o camarada Andrez, do CC.

Freguesia da Moita

Os quadros comunistas da freguesia da Moita (Organização Regional de Setúbal) realizam amanhã, sexta-feira, um plenário integrado na campanha em curso de reforço da organização. O encontro decorrerá no centro de convívio dos Reformados, a partir das 21 e 30, com a participação do camarada João Neves, da DORS do PCP.

Organizações de Seguros de Lisboa

O reforço das células de empresa e a situação política e social no sector são os temas em «agenda» para o plenário de trabalhadores comunistas das companhias mistas da Organização de Seguros de Lisboa do PCP, que decorrerá hoje (dia 27), no CT dos Escritórios, à Avenida Duque de Loulé, 111, 1.º.

Carnaxide: frente das autarquias

No próximo sábado, dia 29, vai realizar-se entre as 14 e as 19 horas, no Centro de Trabalho de Queijas, um plenário de quadros da organização de Carnaxide do PCP sobre a frente de trabalho das autarquias. Estarão presentes nesta reunião camaradas do organismo de direcção de Carnaxide, dos comités locais, dos secretariats das células de empresa, militantes integrados em comissões de moradores, colectividades, comissões de pais e ainda eleitos e ex-eleitos comunistas nos órgãos autárquicos da freguesia e do concelho. O camarada Martins Coelho, membro do Comité Central do PCP, participará nos trabalhos do plenário.

Ainda em Carnaxide: a situação nas empresas

Entretanto, e falando ainda da organização de Carnaxide, é de salientar a reunião marcada para o próximo dia 3 de Outubro com responsáveis das células de empresa e membros dos respectivos secretariats, elementos das comissões de trabalhadores e delegados sindicais comunistas. A reunião vai realizar-se no Centro de Trabalho de Carnaxide, às 18 e 30, prevendo-se a análise e discussão dos seguintes temas: a situação social em cada empresa e perspectivas de luta; a situação política. A camarada Rosa Rabiais, do Comité Central do PCP, participará no plenário.

Porto Reunião de quadros da ORP

Realiza-se no próximo sábado, dia 29, às 15 horas, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião de quadros da Organização Regional do Porto. A actual situação política, as conclusões da recente reunião do Comité Central e as tarefas que se colocam aos comunistas, serão pontos de discussão.

S. Pedro do Sul

1.ª Assembleia Concelhia em Novembro

10 de Novembro de 1984 — esta é a data já fixada para a realização da 1.ª Assembleia dos comunistas do concelho de S. Pedro do Sul, no distrito de Viseu.

A decisão foi tomada na recente reunião de quadros do concelho, de onde saiu também um comissão encarregada de contactar os camaradas das diferentes freguesias do concelho: Baiões, Bordonhos, Candal, Carvalhais, Covas do Rio,

Figueiredo de Alva, Manhouce, Pindelo dos Milagres, Pinho, Santa Cruz da Trapa, São Cristóvão de Lafões, São Félix, São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul, Serrazes, Sul, Valadares, Várzea e Vilar Maior.

Até à data da Assembleia, aquela comissão irá recrutar 20 novos camaradas para a organização, objectivo que, com determinação e entusiasmo, será alcançado brevemente.

60 mil contos para o Vitória

Envolver todo o Partido na campanha!

Depois de uma primeira fase, que constou essencialmente de abordagens pessoais, a campanha dos 60 mil contos para a compra do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, entrou agora numa nova fase que já começa a envolver todo o Partido.

Nesta segunda fase, que se iniciou imediatamente a seguir à Festa do «Avante!», as organizações do Partido vão levar a campanha para a rua por intermédio de diversas iniciativas, estando já programados convívios e festas, vendas públicas, dias de salários, bancas e doação de horas extraordinárias.

De entre as diversas iniciativas destaca-se a venda de produtos agrícolas. Só em alguns Centros de Trabalho foram vendidas cerca de 5 toneladas de melancia em poucos dias.

O aproveitamento de datas festivas está também a merecer a atenção de diversas organizações do Partido. Por exemplo, no concelho de Loures está-se a preparar um São

Martinho Popular que se realizará no Cabeço do Monchique; e por ocasião do aniversário do município da Amadora realizou-se uma Feira do Livro.

Entretanto, e pensando já nas próximas iniciativas, os concelhos de Sintra e do norte do distrito têm colaborado com valiosas peças de mármore, prevendo-se festa no fim do ano, uma vez que já está prometido um borrego para essa altura. Além do mais, estão a ser preparados diversos espetáculos com grandes nomes da canção portuguesa.

Os materiais da campanha, como a rifa cujo primeiro prémio é um Citroën 2 CV, a colecção de postais com os painéis colocados na fachada do Vitória ao longo destes dez anos e a edição de uma brochura sobre «O Hotel Vitória» estão em andamento.

Como vai a campanha?

Para além de uma receita bruta de 1400 contos realizada na Festa do «Avante!», onde a



campanha do Vitória ocupou um lugar de destaque, no dia 25 deste mês as organizações e sectores tinham alcançado os seguintes resultados:

Alenquer, 26 contos; Arruda, 20 contos; Azambuja, Cadaval e Lourinhã, 0 escudos; Mafra, 25 contos; Sobral, 25 contos; Torres Vedras, 27,5 contos; Amadora, 70,325 contos; Cascais, 166,5 contos; Carnaxide, 607 contos; Oeiras, 39,85 contos; Sintra, 41 contos; Queluz, 130,7 contos; Loures Ocidental, 376,92 contos; Loures Oriental, 162,85

contos; Vila Franca de Xira, 410 contos; Comité Local de Lisboa, 4166,712 contos; Bancários, 353,037 contos; Seguros, 33,453 contos; Sector Público, 217,52 contos; Transportes, 441,84 contos; Função Pública, 261,33 contos; Saúde, 581,14 contos; Informação, 72,05 contos; Sector Intelectual, 240,1 contos; Sector Sindical, 104,331 contos; SIP/DORL, 3 contos; CT Vitória, 60,35 contos; DORL, Soeiro Pereira Gomes e diversos, 1160,674 contos (Total: 10 123 842\$500).

Sábado

II Assembleia da Organização Concelhia de Vila da Feira

No próximo sábado dia 29, vai realizar-se, com início às 9.30 h e prolongando-se durante todo o dia, na Escola Preparatória, a II.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Vila da Feira, com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central.

O concelho da Feira, com uma área de 227,07 quilómetros quadrados e compondose de 31 freguesias, é o maior concelho do distrito de Aveiro. Localiza-se na faixa costeira do País, confinando com os concelhos de Gaia, Espinho, Ovar, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Arouca e Castelo de Paiva.

Conta actualmente com 109 531 habitantes e uma população activa de 50 426 pessoas, das quais 31 255 são homens. As actividades económicas diversificam-se pelos sectores da economia, embora o peso da indústria seja predominante, ocupando 76% da população activa.

A cortiça, o calçado, a metalurgia e o papel são as indústrias transformadoras mais importantes, com destaque especial para a transformação de cortiça, que conta com 280 empresas e 11 000 trabalhadores dos quais 6600 são mulheres.

No campo da saúde, o concelho da Feira é servido unicamente por um hospital, localizado na freguesia de S. Paio de Oleiros, cuja insuficiência de instalações, pessoal especializado e a má gestão atenuada, são óbices a que o atendimento seja minimamente sa-



20 de Maio de 1984: a jornada de inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Vila da Feira, com a participação do camarada Álvaro Cunhal. No próximo sábado é a Assembleia da organização

tisfatório. A grande maioria dos doentes do concelho são atendidos nos hospitais centrais do Porto e V. Nova de Gaia. Entretanto o hospital de Vila da Feira, criado por decreto há anos, continua em compasso de espera.

Quanto ao ensino, a situação caracteriza-se pela degradação e insuficiência dos edifícios escolares, sobretudo no que toca ao ensino primário.

No campo das infra-estruturas, das 31 freguesias só 2:

V. Feira e S.ª Maria de Lamas são parcialmente cobertas por rede de esgotos e abastecimento de água. A poluição de nascentes de água, rios e poços afecta toda a população do concelho, em especial as freguesias mais industrializadas e que são as mais populosas.

Quanto à organização do Partido, é de 620 militantes, dos quais 82% são operários, organizados em 43 organismos, sendo 19 células de empresa.

Desde a I Assembleia da Organização Concelhia, realizada há 5 anos, registou-se um aumento de 86% no número de membros do Partido.

Actualmente o nosso Partido conta com um CT concelhio, adquirido em Maio de 1983 e inaugurado, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, em 20 de Maio de 1984. A abertura do nosso CT foi uma das conquistas mais importantes da organização concelhia, que teve de vencer inúmeras dificuldades para a concretizar. A inexistência durante anos de um CT no concelho, foi um dos obstáculos ao reforço e implantação do Partido no concelho.

A realização da II Assembleia da Organização Concelhia da Feira será decerto um passo importante para o reforço e prestígio do Partido no concelho.

António Alves

Com 66 anos faleceu recentemente o nosso camarada António Alves. Pertencia à organização do PCP da freguesia da Ajuda, em Lisboa.

Alfredo Paiva

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 29 o camarada Alfredo Pais Paiva, que contava 53 anos. Militava na organização local de Val Figueira, Almada.

José Cosme

Faleceu no passado dia 23 o nosso camarada José Augusto da Silva Cosme, de 48 anos.

Mário Ranito

Membro do PCP desde 1931, lutador antifascista de longa data, bem conhecido pela população da Covilhã, faleceu no passado dia 4 no Lar de S. José, o nosso camarada Mário da Silva Ranito, contabilista reformado dos lanifícios. Durante a ditadura esteve preso no Aljube, Caxias e Angra do Heroísmo (Açores). No funeral de Mário Ranito incorporaram-se mais de mil pessoas, que o acompanharam a pé até ao cemitério da Covilhã. O camarada agora falecido chegou a pertencer à comissão concelhia do PCP na Covilhã.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

No fim-de-semana

Álvaro Cunhal de Vila do Bispo Silves e Moura

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, desloca-se no próximo fim-de-semana a três concelhos do Algarve (Vila do Bispo, Lagos e Silves) e ainda ao concelho de Moura, no Alentejo, onde discursará no comício comemorativo em memória dos camaradas Caravelas, a realizar no Escoural.

A série de encontros com a população e no concelho de Vila do Bispo está organizada do com o seguinte programa:

Sábado, dia 29

Burgau, junto ao largo das camionetas, às 15 horas.

Barão de S. Miguel, junto ao largo das camionetas, às 15 horas.

Budens, no largo da igreja, às 15 e 15.30.

Figueira, junto ao ramal da estrada nova para Moura, às 15 e 45.

Sagres, junto à capitania, às 16 e 30.

Vila do Bispo, junto à Câmara Municipal, às 16 e 30.

30.

As conclusões do plenário do PCP de Évora

A Comissão Distrital de Évora do PCP reuniu-se em plenário no passado dia 22 para analisar a situação política e social do distrito, as campanhas de recrutamento e de reforço das células de empresa e a alteração da data da Assembleia da Organização Distrital.

No plenário foi sublinhado a necessidade de os militantes comunistas apoiarem a realização do Encontro de Culturas de Outono/Inverno das UCP's/Cooperativas, que se realiza dia 29 em Beja, reunindo mais de 600 delegados. Foi também decidido mobilizar todos os esforços para que se faça, apesar das dificuldades impostas pela política hostil do governo PS/PSD, uma boa sementeira de Outono/Inverno.

Os participantes no plenário decidiram também apoiar a participação na luta e na resistência em defesa da Reforma Agrária, contra a intensificação da ofensiva do governo Soares/Mota Pinto, que se desenvolve através da doação de novas reservas, lótelos de terras, penhores de bens e por uma nova lei agrícola que visa acabar com as UCP's/Cooperativas.

A decisão de apoiar a vigília distrital promovida pelos sindicatos, foi também tomada neste plenário. A vigília realiza-se dia 26, na Praça do Giraldo, em Évora, contra o desemprego, os despedimentos, o encer-

ramento das empresas e a situação política e social do distrito.

Nesta reunião foi decidido apoiar e a participação na jornada de esclarecimento movido pelos secretariats UCP's/Cooperativas, sindicais, e que se realiza a 4 e 7 de Outubro. Nesta será distribuída a «Carta do Povo Português» e a «8.ª Conferência da Agricultura». Para esclarecer as condições de trabalho das de trabalhadores por carros de som, e da feitas pinturas nas ruas.

O plenário concluiu com a decisão de apoiar a luta antipopular e anticomunista do Governo PS/PSD. Os resultados são desastrosos: destruição de obras de construção civil, a agricultura e o comércio em crise mais grave da história. A ruína e a falta de sorte que os esperam, apela-se à intensificação da luta em torno dos direitos concretos de cada família para que também converja as lutas de camadas laboriosas e populares de catástrofe política de catástrofe no Soares/Mota Pinto, mandando a sua demissão.

O plenário também decidiu apoiar a luta por um firme apoio ao Governo de transição política.

Novo Centro de Trabalho em S. João da Madeira

A Comissão Concelhia de S. João da Madeira acabou de cumprir uma das metas que se tinha proposto atingir este ano: a compra de um novo Centro de Trabalho para o Partido que permitisse um melhor desenvolvimento da actividade nesta região, visto que as instalações actuais já há muito não satisfazem as necessidades mínimas do trabalho político.

Com efeito, no passado dia 11 de Setembro efectuou-se a assinatura e a compra de um novo Centro de Trabalho para o Partido.

Um novo Centro de Trabalho será um poderoso factor de organização e reforço do Partido nesta região.

Os planos de fundo temporários para a prestação de serviços de compra e venda.

Hoje, a realização de um novo Centro de Trabalho será de fundamental importância para a organização e reforço do Partido nesta região.

Beja / Esforço e iniciativa em 6 de Março o novo trabalho

Reunido no passado dia 23, o plenário da Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português aprovou a compra pela organização de um edifício que passará a funcionar como Centro de Trabalho distrital.

Decisão assumida tendo em conta o crescente alargamento do PCP e das suas responsabilidades para com o povo trabalhador, a utilização deste edifício dará agora melhores condições de funcionamento e

actividade dos militantes nas diferentes acções e tarefas.

Nesse sentido, foi igualmente aprovada a realização de modificações e de obras de adaptação no edifício — situado na Rua Portas de Moura —, avançando-se para uma campanha de fundos de âmbito distrital, com a meta de 1500 contos.

A abertura «oficial» do novo Centro de Trabalho do PCP na capital do Baixo Alentejo está prevista para 6 de Março de 1985, na passagem de um aniversário do Partido.

Até lá a todos os comunistas, aos amigos, aos democratas, trabalhadores antifascistas, a organização distrital de Beja do PCP, a sua colaboração e ajuda, nomeadamente as materiais e trabalho.

A Comissão Distrital analisou também a

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO
REVISTA INTERNACIONAL

Assembleia da República

Comunistas levam temas quentes à Comissão Permanente

Enquanto a Assembleia da República não retoma as suas funções em plenário, as reuniões da Comissão Permanente, onde os partidos têm lugar em representação proporcional — o PCP conta com a participação de quatro deputados e do vice-presidente da AR José Vitoriano —, têm sido palco de algumas tomadas de posição significativas, quer da oposição, quer dos partidos governamentais. Tornadas públicas por proposta do PCP, as reuniões da Comissão Permanente têm tido mesmo um período de antes da Ordem do Dia onde são levados alguns problemas e questões de importância nacional. Entretanto, o PCP já propôs que a CP chamasse o ministro da Educação (ler suplemento), a fim de que este órgão seja inteiramente de como pensa o Governo iniciar o novo ano lectivo. Tal proposta será apreciada na sessão de hoje, aguardando-se que não tenha o mesmo destino que proposta idêntica formulada pelos comunistas quanto ao ministro da Economia e rejeitada apenas com os votos dos partidos da coligação.

Entretanto, o PS e o PSD querem restringir os temas a debater na próxima sessão plenária suplementar da Assembleia — de 2 a 15 de Outubro —, pretendendo que tal período seja apenas dedicado à discussão e votação do estatuto dos deputados e às alterações ao Regimento da AR. Por seu lado, os deputados do PCP propuseram várias matérias que deveriam ser agendadas prioritariamente devido à sua importância para o País, nomeadamente o debate do orçamento suplementar e as iniciativas que pretendem dar solução ao problema dos salários em atraso.

Sobre este tema em particular, o camarada Jerónimo de Sousa produziu em período de antes da Ordem do Dia uma intervenção em que chamou a atenção para os aspectos dramáticos que envolve a situação preocupante de muitos milhares de trabalhadores e suas famílias.

Durante o período em que a Assembleia esteve encerrada, afirmou, o governo, ao contrário de procurar as soluções adequadas para resolu-

ver os problemas e os conflitos laborais e dar combate à fome e ao desemprego, anuncia novos planos de ataque aos direitos e às liberdades dos trabalhadores, inseridos no plano mais vasto e global de liquidação de tudo quanto foi transformação de Abril.

Recordando uma intervenção de João Amaral, em que este deputado do PCP traçou o quadro da situação social — desemprego, salários em atraso, contratos a prazo, ameaça de inviabilização de centenas de empresas, Jerónimo de Sousa acusou:

Percebe-se o vezo classista do actual Governo em relação ao movimento dos trabalhadores e à sua luta. Mas a guerra social que lhes move tanto no plano das situações concretas como nas intenções legislativas, revela uma disposição e uma mentalidade totalitárias inaceitáveis num Estado democrático.

Depois de recordar exemplos dessa disposição e mentalidade, o deputado comunista falou por sua vez da disposição dos trabalhadores:

Cada vez mais os trabalhadores compreendem já não só a necessidade, mas a urgência da demissão deste Governo face à gravidade e à dimensão dos problemas sociais e as suas dificuldades de fazer face à vida.

Eles sabem que as pequenas e grandes batalhas vão ter de ser travadas para defender tanto os seus interesses concretos como as liberdades políticas e sindicais.

Timor-Leste

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, produziu duas intervenções na passada semana, levando nomeadamente à Comissão Permanente a questão de Timor-Leste e as preocupações pela conduta do Governo em relação ao problema. Carlos Brito afirmou nomeadamente:

Com o adiamento dos debates na 4.ª Comissão e na Assembleia Geral das Nações Unidas a questão de Timor-Leste corre o risco de cair num novo eclipse longo e profundo.

A nosso ver é obrigação da Assembleia da República não permitir que isso aconteça numa questão em que a linha de rumo está traçada na própria Constituição e em que comprovadamente está em jogo a honra nacional.

Esta preocupação, devo dizer, tem estado presente em muitos sectores da Assembleia da República e é ela que explica a iniciativa que levou, em duas Legislativas sucessivas, à criação de uma Comissão Especial para o acompanhamento da questão Timor-Leste (Comissão a que desde desde a primeira hora o nosso apoio

e contribuição empenhada). É inquestionável que o adiamento dos debates da ONU correspondeu aos desejos e serviu os interesses da Indonésia.

Diga-se o que se disser, são indistigáveis as responsabilidades da diplomacia portuguesa neste pobre resultado.

E mais adiante: A posição do Governo quanto à realização do imperativo constitucional e estas obrigações políticas em suma tem sido tudo menos claro, registando-se até declarações oficiais que manifestamente vão num sentido completamente oposto, como o de se «pretender uma solução idêntica acordada entre a União Indiana e Portugal no caso de Goa», atribuída ao Primeiro-Ministro. O que claramente apontava para a solução de reconhecimento de facto consumado, a aceitação da anexação e entrega do povo mubere aos seus opressores.

Continuando as acusações ao Governo, Carlos Brito afirmou:

Um dos aspectos mais deploráveis da conduta do Governo em relação à questão de Timor-Leste é a atitude para com o FRETILIN que encabeça a resistência ao invasor fascista e assume a legítima representação do povo de Timor-Leste.

Resultam para nós particularmente chocantes as explicações de «falta de tempo» invocadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros para não se encontrar com o representante da FRETILIN nas Nações Unidas.

O PCP reafirma à Assembleia da República a sua firme convicção que os destinos dos povos não podem ser negociados contra a sua

própria vontade. Por isso mesmo entendemos que nenhuma negociação pode decidir do futuro de Timor-Leste sem a participação do próprio povo de Timor-Leste e dos seus legítimos representantes — a FRETILIN.

Incluímos esta intervenção chamando a atenção para o papel da Assembleia da República, reafirmando frontalmente a nossa disponibilidade para dar uma contribuição activa ao reforço da Comissão parlamentar eventual para Timor-Leste. Gostáramos de saber o que foi respondido aos representantes da FRETILIN que pediram para se avistar com a Assembleia da República.

Parece-nos oportuno recordar que se efectua em fins de Setembro a reunião de Outono da UIP, estando agendado um ponto na Ordem de Trabalhos especificamente dedicado às questões da autodeterminação e da independência.

Isto pode constituir a nossa ver uma boa oportunidade para a parte dos deputados portugueses se realizar uma activa intervenção no sentido do desamassamento da criminosa opressão indonésia sobre o povo mubere e da luta que este está a travar pela autodeterminação e independência.

As leis e o seu cumprimento

Carlos Brito interveio no dia seguinte sobre os recentes acontecimentos que afectaram o turismo algarvio. Carlos Carvalhais, por seu lado, proferiu uma intervenção sobre a situação económica, acentuando a necessidade de a AR exercer a sua acção fiscalizadora sobre a

política económica e financeira do Governo.

Entretanto quatro requerimentos deram entrada na AR, dirigidos pelo PCP ao Governo. Versam eles sobre a ausência de cumprimento de leis que deveriam estar em vigor, mas só no papel estão.

A lei do aborto (interrupção voluntária da gravidez), por exemplo, «não foi precedida da adopção das medidas tendentes a garantir o seu cumprimento imediato nos estabelecimentos de saúde públicos», acusa um dos requerimentos apresentados pelo PCP. Adiantando que a lei «não carece de regulamentação» e que cabe apenas ao Governo «adoptar as providências organizativas, financeiras e técnicas que se revelam indispensáveis e adequadas ao seu cumprimento» o requerimento sublinha:

«Não é isso que tem sucedido e os hospitais e maternidades, escudando-se numa alegada indefinição legal, fecham as portas ao cumprimento da Lei obrigando as mulheres a correr de hospital em hospital para acabarem por recorrer aos meandros do aborto clandestino mesmo nos casos em que a interrupção da gravidez é legal.

«É uma situação profundamente chocante, ilegal, que significa a continuação das mais injustas formas de penalização da mulher».

Os outros requerimentos referem-se nomeadamente ao incumprimento da lei da protecção da maternidade e da paternidade — o Governo também aí não tomou medidas —, sobre (ainda) a ausência de medidas que garantam o direito ao planeamento familiar e, finalmente, sobre a falta de cumprimento da lei 3/84 (Educação Sexual), que não consta que o Ministério da Educação tenha considerado.

Unhos concelhos do Bo, Lagos e Mourm-o-Novo

Ainda no sábado, às 21 e 30, decorrerá um comício junto à Câmara Municipal de Lagos.

Domingo, dia 30

S. Bartolomeu de Messines (concelho de Silves), nas instalações do novo Centro de Trabalho do PCP, às 10 horas.

Cerca das 15 horas começará no Escoural, no concelho de Montemor, distrito de Évora, um comício promovido pela Comissão Concelhia do PCP, na passagem de mais um aniversário do assassinato das camaradas Caravela e Casquinha, trabalhadores da Reforma Agrária cobardemente baleados pelas forças repressivas. Este comício decorrerá no campo de futebol de Santiago de Escoural, sob as palavras de ordem: «Pelo julgamento e prisão dos criminosos», «Pela defesa da Reforma Agrária», «Pela demissão do Governo PSPSD».

Comissão Distrital



Na plenária foram citados vários exemplos de como é possível atingir as metas, e de como é grande a influência do PCP no distrito. Um caso (Vila Viçosa) de um camarada que abordou 15 simpatizantes, recrutando-os para o Partido. Outro caso (Redondo) inscreveu-se um simpatizante, que logo a seguir inscreveu mais cinco. Outro caso (Montemor), onde, ao fazer-se um levantamento de nomes, já se inscreveram este ano 119 membros só no concelho.

No final, os participantes apelaram para o empenhamento de todos os militantes e para o seu poder de iniciativa, de modo a que se possam cumprir as metas apontadas.

Centro de Trabalho de Madeira

Os camaradas estão já a planificar as iniciativas de fundo para os próximos tempos, que permitam pagar as prestações do empréstimo que foi necessário obter para efectuar a compra.

Hoje, dia 27, às 21 e 30, realiza-se um plenário de militantes (que deverá ser o último no velho CT), onde será debatida a campanha de fundos e também a situação política e social na

Comissão Distrital de Beja

A Comissão Distrital sublinhou que só a luta dos trabalhadores e das massas pode travar esta ofensiva e iniciar um caminho diverso no sentido do bem-estar das populações e do desenvolvimento do distrito. Essa luta passa pela demissão do Governo PS/PSD e a formação de um governo que respeite a Constituição e a legalidade democrática em defesa do Portugal de Abril — concluiu o plenário da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Poder local

A imposição às autarquias dos encargos com a acção social escolar

• O Governo tenta lançar sobre as autarquias o odioso da sua política reaccionária e antipopular

Na passada segunda-feira, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

«1. O Governo enviou recentemente aos municípios um documento, apresentado como um decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros, que impõe às autarquias os encargos com a Acção Social Escolar ao nível do ensino pré-escolar, primário e ciclo preparatório TV, quer oficial, quer particular e cooperativo.

Para as autarquias suportarem estes encargos (que compreendem refeitórios escolares, subsídios para alojamentos em agregados familiares, subsídios para livros e material escolar e

subsídios para equipamentos contra a chuva e contra o frio), o Governo anuncia a transferência de verbas absolutamente irrisórias. Assim, por exemplo, no distrito de Leiria, os municípios que mais recebem serão Leiria e Caldas da Rainha, respectivamente com 468 e 161 contos e os que menos recebem serão Marinha Grande e Batalha, respectivamente com 24 e 22 contos.

2. A imposição às autarquias destes novos encargos e a distribuição de um projecto de decreto-lei, ainda não publicado, a pouco mais de uma semana da abertura oficial do ano lectivo, agrava as já sérias iniquidades decorrentes da imposi-

ção aos municípios há escassas semanas, do encargo com os transportes escolares até ao nível do ensino secundário inclusivo.

Na verdade, verificando-se um grande e crescente corte de verbas das autarquias de ano para ano (em 1984 foram esbulhadas de 82 mil contos e receberam menos 14,8 por cento em termos reais do que em 1983) e um aumento muito acentuado dos custos dos serviços e apoios a prestar aos alunos (estima-se em 65 por cento o aumento do custo dos transportes escolares entre 1983-84 e 1984-85), torna-se evidente que a imposição des-

tes novos encargos às autarquias não visa a descentralização e o reforço da sua capacidade de responder às necessidades das populações mas sim agravar ainda mais a sua situação financeira e tentar torná-las responsáveis aos olhos das populações por uma política obscurantista, incompetente e irresponsável, que despreza a educação e ensino dos filhos dos trabalhadores e do povo.

3. Os transportes dos alunos, os refeitórios, subsídios para alojamentos, livros e material escolar e equipamento para a chuva e o frio, deveriam representar um importante contributo para combater o insu-

cesso escolar e assegurar no mínimo, a escolaridade obrigatória, sobretudo numa situação de fome, miséria e dificuldades para um grande número de trabalhadores e para os seus filhos. Os sucessivos governos de direita limitaram e deixaram degradar seriamente estes apoios aos estudantes, tornando mais difícil uma actuação eficaz das autarquias, tanto mais que estas não dispõem, em muitos casos, devido à política de estrangulamento financeiro do poder local conduzida por sucessivos governos, dos recursos financeiros e serviços necessários.

4. Nestas condições, e independentemente dos esforços que certamente os municípios democráticos farão para minorar os prejuízos decorrentes para as populações, os alunos e os encarregados de educação, o Governo PS/PSD será o único responsável pelas dificuldades e rupturas que eventualmente se verificarem na área dos transportes e da Acção Social Escolar.

O imprescindível esclarecimento das populações e dos alunos, pais e encarregados de educação e dos professores impedirá que surta efeito a tentativa do Governo PS/PSD de lançar sobre as autarquias o odioso das consequências da sua política reaccionária e antipopular.

Vila do Conde e Lisboa

Tribunal Constitucional proíbe atentados às liberdades

No «Diário da República» de 11 de Setembro pode ler-se: «... Acordou-se em declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma do Artigo 2.º da postura da Câmara Municipal de Vila do Conde sobre propaganda de carácter político-partidário, constante do edital de 30 de Abril de 1979, por violação dos Artigos 37.º, n.º 1 e 2, 18.º, n.º 2 e 3 e 167.º, alínea c), da Constituição (este último preceito na redacção de 1976)».

Esta decisão do Tribunal Constitucional vem finalmente pôr termo a uma ilegalidade que durou cinco anos e obrigou os vilacondenses a uma luta contínua pela reposição da legalidade e pelo exercício da liberdade de expressão, como realça uma nota da Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP emitida a propósito desta questão.

A famigerada postura fora aprovada em 21 de Fevereiro de 1978, em reunião da Câmara Municipal de Vila do Conde (de maioria PS e, então, com a presença de Fernando Gomes, hoje secretário de Estado do Governo PS/PSD) e tornada pública em Abril de 1979, nela se «ordenando» que a afixação de propaganda política partidária, fora dos locais determinados,

provocando prejuízos irrecuperáveis. A Câmara Municipal é responsável pela fascizante postura e por todos os prejuízos morais e materiais. Os vilacondenses foram enxovalhados, perseguidos pela polícia (a mando da Câmara), julgados em tribunal e condenados a pesadas multas e pagamento de custos processuais. Os prejuízos materiais ascendem a dezenas de contos, os morais não têm preço».

Finalmente a nota conclui que «a decisão do Tribunal Constitucional é uma grande vitória das forças democráticas e veio confirmar, mais uma vez, que vale a pena lutar. O reforço da unidade de todos os democratas e da luta é o único caminho a seguir. Os vilacondenses não deixarão nunca de exercer as liberdades, que continuarão a ser defendidas palmo a palmo. A reacção será derrotada e Portugal de Abril vencerá».

Os pontos nos liis em Lisboa

Entretanto na sessão pública da passada segunda-feira da

Câmara Municipal de Lisboa a APU consideraria «nulos e de nenhum efeito» os despachos dos vereadores da CML, Pedro Feist e Alberto Vila Nova, que pretendiam ser uma «réplica vilacondense» ao tentarem limitar a propaganda política nas ruas da capital. Para tal a APU fundamentou-se no referido acórdão, sobre a matéria, do Tribunal Constitucional.

O vereador da APU, Silva Graça, numa intervenção de fundo, citaria em pormenor o acórdão do TC que não reconhece competência às Autarquias para actuarem nessa matéria, nomeadamente ao afirmar que a «ausência de intervenção do legislador não transfere (...) para o poder administrativo uma competência normativa para concretizar, regulamentar ou restringir os preceitos relativos aos direitos, liberdades e garantias». É com estes fundamentos — sublinharia Silva Graça — que a APU considera «nulos e sem nenhum efeito» os dois despachos dos vereadores que pretendiam excluir o Rossio e a zona do Centro Hotel Vitória à propaganda política.

Aproxima-se a «BARRIND/84»!

Pois é! Exactamente daqui a uma semana começará no largo de Santa Maria, no Barreiro, a terceira edição da «BARRIND/84» — Exposição Industrial e Comercial do Barreiro, que visa a divulgação das potencialidades comerciais e industriais deste Concelho. O certame, que se prolongará até ao dia 14 de Outubro (o início, como já dissemos, é a 4) constituirá certamente um novo êxito, atraindo multidões de visitantes e dando resposta ao dinamismo de um Concelho que, com os seus 100 000 habitantes e inenunciável actividade económica, constitui uma das mais industrializadas regiões do nosso País.

Festa da APU em Campo/Valongo

A Freguesia de Campo, Concelho de Valongo, estará em festa no próximo fim-de-semana, numa iniciativa da Aliança Povo Unido. Ranchos folclóricos, «rock» e jogos populares constituem o prato forte do programa, devidamente «acompanhados» pelos comes e bebes indispensáveis. Vale a pena lá ir!

Entretanto as intervenções políticas estarão a cargo da camarada Lida Figueiredo, deputada do PCP na Assembleia da República, e eleitos da APU na Câmara de Valongo e Assembleia de Freguesia de Campo.

Dia do Reformado no Porto

Seis de Outubro, Dia do Reformado, será festejado no Porto, no jardim da Cordoaria, com um convívio/festa/luta promovido pelos reformados da cidade invicta, com início às 15.00 e desfilando um programa que prevê exhibições de uma banda, de ranchos folclóricos e bombos e intervenções de apresentação e discussão das principais reivindicações dos reformados — os quais, após o convívio, se deslocarão em manifestação até à praça da Liberdade, onde alertarão a população para os seus problemas e a situação de miséria a que os tem votado o Governo Soares/Mota Pinto.

Na segunda-feira seguinte uma delegação irá ao Governador Civil saber a resposta às reivindicações que os reformados têm apresentado sucessivamente, levando novas a apresentar, já que o agravamento das condições de vida dos reformados (e da população em geral, diga-se) é um «galope» diário...

Nacional

Nos seus 14 anos de vida e de luta

PERSISTÊNCIA E CONFIANÇA

— reafirma a CGTP-IN

Na altura dos 14 anos «de unidade e luta com os trabalhadores pela democracia e por Abril» — palavra de ordem que encabeça o manifesto da CGTP-IN para a festa de 1 de Outubro, —, recorde-se que «a sua constituição, em plena ditadura fascista, representa o melhor testemunho da tenacidade e da capacidade de luta dos trabalhadores pela liberdade e pela democracia que o 25 de Abril, finalmente, restituiu ao povo».

A Central que diz «não à política repressiva, «não ao pacote laboral» e sim à «unidade e luta pela demissão deste Governo» comemora 14 anos de existência «num período extremamente difícil da vida nacional».

Mas a CGTP-IN, mais do que posta à prova nesse período, nestes anos de luta, demonstra mais uma vez a sua persistência e confiança: «Também as dificuldades ac-

tuais serão superadas» — lê-se no manifesto do aniversário — «com a unidade e a luta dos trabalhadores e dos democratas».

Apresentada «como objectivo central e nacional», a demissão do Governo é uma necessidade largamente demonstrada no manifesto. Lê-se aí a dado passo:

«O Governo PS/PSD tem posto em prática uma política de completa subordinação aos interesses do grande capital nacional e internacional, em prejuízo dos interesses nacionais e das massas populares». Escusado será encarecer o acerto desta afirmação.

A melhor forma de comemorar

Depois de frisar que «as coisas estão más, mas muito pior estariam se não tivéssemos lutado», a Inter, sublinhando «os

limites extremos» a que chegou «a situação social dos trabalhadores e das suas famílias», afirma que «a melhor forma de os trabalhadores comemorarem os 14.º aniversário da sua Central — a CGTP-IN — é participarem nas iniciativas previstas e prepararem desde já as condições para lutarem contra aquelas medidas que se destinam de imediato a aumentar a exploração dos trabalhadores, liquidar as conquistas sociais de conteúdo democrático, dar todo o poder ao patronato nas empresas, limitar as formas de acção e luta operária e sindical, e a neutralizar a oposição popular à política em curso».

Acerca dessa política a CGTP-IN recorda que este Governo «prepara um conjunto de medidas legislativas que, a serem aplicadas, mais agravariam a situação do País e das massas populares». A Inter, que reclama no seu manifesto

«uma nova política um novo governo», acrescenta que essas medidas (o chamado pacote laboral) são patrocinadas pelo «patronato da CIP, CAP e CCP, com a cumplicidade dos divisionistas da UGT» em «cega obediência aos ditames do FMI».

Num apelo à «persistência e à confiança», a Inter recusa a adopção do «pacote» e sublinha que «a CGTP-IN tem sido a organização social (entenda-se não dependente de nenhuma outra organização, como referem de resto os seus estatutos) que mais se tem oposto à degradação das condições de vida dos trabalhadores e às tentativas de destruição das conquistas de Abril».

Como organização sindical formada a partir de autênticas organizações de classe por métodos democráticos e com activa intervenção nas empresas, a Inter, pelas actividades que desenvolve e pelas mas-

sas que mobiliza para a acção reivindicativa no plano social, pode reclamar para si o direito legítimo de invocar a sua história para chamar todos os trabalhadores à luta e garantir sólidos resultados nos objectivos que mais uma vez aponta no 14.º aniversário da sua fundação.

Assim: «Unidade e luta pela resolução dos problemas concretos dos trabalhadores nas empresas, nos sectores de actividade e nas regiões!»

«Unidade e luta pela demissão do Governo M. Soares/M. Pinto, objectivo central e nacional que a CGTP-IN aponta aos trabalhadores e aos democratas portugueses, como condição indispensável a uma alternativa, com nova política e novo governo, que assente no respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril e encaminhe o País no sentido do progresso, da justiça social e da paz!».



CALENDÁRIO SUCINTO DAS COMEMORAÇÕES

Assinalado no próximo dia 1, o 14.º aniversário da CGTP-IN comemora-se por todo o País. Todos os distritos tomaram a seu cargo iniciativas, mas as principais, segundo a Inter, decorrem depois de amanhã e na próxima segunda-feira respectivamente no Porto e em Lisboa.

As 21 e 30 no Pavilhão dos Desportos (Parque Eduardo VII) uma sessão-comício assinala a data, o mesmo acontecendo com início à mesma hora, sábado, 29, no cinema Júlio Dinis no Porto.

Sessões comemorativas do aniversário da Central foram anunciadas entretanto para Setúbal, Barreiro, Almada, Seixal, Moita, Sines, Covilhã, Vila Nova de Famalicão, Faro, Marinha Grande, Campo Maior, Avis, Nisa e Ponte de Sor.

Noutros pontos do País haverá também sessões, co-

mícios, plenários, visitas a empresas, exposições, colóquios e animação cultural.

Algumas dessas iniciativas já estão a decorrer. É o

A Inter anuncia que serão centenas os plenários nas empresas, destacando-se desde já os previstos para os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Évora e Viseu.

Em algumas das visitas a empresas, principalmente na região de Lisboa, participarão dirigentes nacionais da CGTP-IN.

Dos colóquios entretanto realizados no âmbito das comemorações destacam-se os que incidem, ou têm por temas centrais, a «lei da segurança interna», a revisão das leis laborais e o projecto da lei de rendas de casa.

No princípio desta semana estavam anunciados colóquios sobre esses e outros temas para Torres Vedras (dia 28), Viana do Castelo (28 também) e Braga (10 de Outubro).

As sessões comemorativas estão a cargo das organizações distritais e concelhias da CGTP-IN.



caso entre outros da exposição aberta ontem na Praça da Liberdade no Porto, que se manterá até 5 de Outubro mostrando aspectos das lutas no distrito.

Condenação dos atentados em Montemor

As três explosões que deflagraram na madrugada da passada segunda-feira em Montemor-o-Novo frente a casas e bens de conhecidos agrários da região e reivindicadas pelas autodenominadas «FP-25», provocando seis feridos ligeiros e estragos materiais, desencadearam de imediato as reacções das forças democráticas e das organizações dos trabalhadores condenando energicamente os atentados.

Assim, a Comissão Concelhia do PCP de Montemor-o-Novo, após repudiar «veemen-

temente os atentados bombistas levados a cabo na madrugada do dia 24 contra as resi-

dências de proprietários em Montemor-o-Novo», alertava toda a população «de que tais actos mais não pretendem do que lançar a confusão na opinião pública sob a aparência de acções em defesa da democracia, mas que são levados a cabo pelos inimigos do 25 de Abril contra a democracia».

«Não é com o terrorismo que se defende a liberdade e a democracia — assinalava a nota — mas sim com a luta de massas dentro do quadro constitucional. Os comunistas e o povo trabalhador em geral nada têm a ver com tais acções, que firmemente repudiamos», concluindo finalmente que «a democracia defende-se com a demissão do Governo PS/PSD e com a formação de um Governo democrático verdadeiramente empenhado em combater as forças reacçãoárias inimigas do 25 de Abril».

Também o Secretariado das UCPs/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora reagiram de imediato, afirmando em comunicado que «por diversas vezes os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações têm repudiado — e voltam-no a fazer agora — estas acções que são estranhas às UCPs/Cooperativas Agrícolas e à Reforma Agrária em geral, e nada têm a ver com a luta e o esforço produtivo dos trabalhadores da Reforma Agrária» e ainda que «estes atentados bombistas, tais como os que anteriormente sucederam, só servem os objectivos

daqueles que pretendem caluniar, isolar e dificultar a luta em defesa da Reforma Agrária, que se tem processado e continuará a processar no âmbito do quadro constitucional e das acções de massas».

Igualmente a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida extraordinariamente ainda no dia dos acontecimentos, emitiu um comunicado informando de uma decisão em três pontos: 1 — Repudiar os atentados bombistas praticados

pelos inimigos da democracia e do 25 de Abril; 2 — Denunciar estes atentados que nada têm a ver com os democratas e as forças progressistas, mas que são praticados por forças que a coberto de acções pseudo-esquerdistas tentam instaurar no nosso país um regime de terror e pressão que leve à formação de um Estado totalitário; 3 — Pôr-se à disposição dos cidadãos atingidos no sentido de diligenciar o apuramento total das responsabilidades.

A Reforma Agrária vive!

Culturas em debate no Encontro de Beja

As 9 e 30 do próximo sábado (e com duração prevista para todo o dia) começará em Beja, no salão dos Bombeiros Voluntários, o Encontro de Culturas de Outono/Inverno 84/85 das UCPs/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária, promovido pelos Secretariados, Uniões e Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

O Encontro deverá reunir cerca de 600 delegados, trabalhadores e técnicos da Reforma Agrária e decorrerá em torno de três grandes questões: balanço das colheitas (onde,

desde já, se pode afirmar que, de novo, a Reforma Agrária deu um contributo determinante para as elevadas produções e produtividade alcançadas no corrente ano, apesar de limitada às piores terras da região); reivindicações e acções em defesa da Reforma Agrária face ao agravamento da política agrícola do Governo PS/PSD; perspectiva e planos para o ano agrícola de 1984/85. Outras linhas de trabalho deste Encontro estarão viradas para, nomeadamente, a melhoria da produção, o reforço da organização e a animação da luta em defesa e consolidação da Reforma Agrária.



edições **Avante!**

X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUES

Documentos
Políticos
do Partido
Comunista
Português
SÉRIE ESPECIAL

X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUES

COM O PCP CONTINUAR ABRIL

No 10.º aniversário da revolução de Abril, a presente edição constitui um documento essencial para a compreensão da evolução da situação nacional, designadamente desde 1979 (ano da realização do IX Congresso do PCP), das responsabilidades da política de direita pela gravíssima situação em que o país se encontra, da necessidade, urgência e possibilidade de uma alternativa democrática que garanta a saída da crise, com a defesa das conquistas de Abril, a consolidação do regime democrático e a salvaguarda da independência nacional.

DESARMAMENTO
QUEM ESTÁ CONTRA?

A mais imperiosa e mais urgente tarefa da humanidade é a manutenção da paz

edições **Avante!**

edições **Avante!**

Novidades

Lénine
BIOGRAFIA

Política Energética para Portugal

K. TCHERNENKO

Com uma imensa alegria
NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS

Joaquim Pires Jorge

Conheça o PCP Pires Jorge: a vida de luta de um dirigente comunista.
Preço: 450\$00

Trabalhar e construir a vida como Lénine é o ideal mais elevado do homem da nossa época.
Preço de lançamento: 650\$00

A recuperação económica do País só é possível com uma política de independência nacional e de aproveitamento dos recursos internos ao serviço dos Interesses do povo e de Portugal. Nesta perspectiva, a atenção dada à questão da política energética justifica-se plenamente, quer pela grandeza e natureza estrutural do déficit energético do nosso país quer porque a situação energética (designação no âmbito da dependência externa e do aproveitamento dos recursos nacionais) tem vindo a degradar-se nos últimos anos, em consonância, aliás, com a degradação da situação económica e social, e como resultado inevitável da política global que tem sido prosseguida. A publicação do presente livro reveste-se, assim, da maior oportunidade.
Preço: 350\$00

...O nosso amor à paz tem um fundamento real: o povo soviético sofreu as calamidades dos bombardeamentos, sentiu a morte dos seus parentes e camaradas, conheceu privações nos longos anos de guerra, não pode conceber planos para desencadear um conflito mundial. Na URSS não existem classes e grupos sociais interessados na guerra, nos lucros da corrida aos armamentos. (da introdução de K. U. Tchernenko à edição portuguesa)
Preço: 250\$00

Trabalhadores

Lutas no Porto e em Aveiro INDÚSTRIA DE RASTOS EXIGE SOLUÇÕES

● Trabalhadores forçados a financiar o patronato à custa da sua própria miséria

Sectores industriais tão importantes como os têxteis, a metalurgia e o sector portuário têm sido afectados nas últimas semanas pela política do Governo, pelos salários em atraso e pelas lutas correspondentes, designadamente em empresas de grande importância para a região nortenha, como a CIFA (há 20 meses sem salários) o Grupo Mondego (fábricas Mondex, Calce e Ritex), a Equimetal, o Grupo Wandschneider, Malhas Ameal, a Masa e a Joinal (em Águeda). São vários milhares de trabalhadores e trabalhadoras sem garantia de emprego e sem salários. As organizações representativas nas empresas e nos sindicatos apontam como primeiro responsável o Governo e a sua política e acusam os grandes grupos capitalistas, nomeadamente os Mellos, cuja influência é decisiva na CIFA e na Mondego, pelo estado miserável a que deixaram chegar unidades de produção com reflexos necessariamente negativos em todo o distrito do Porto e principalmente em concelhos como Valongo, onde a CIFA é a unidade industrial mais importante, pois oferecia um volume de emprego da ordem dos 1500 postos de trabalho.

A CIFA, intervencionada pelo Estado a pedido dos trabalhadores depois do 25 de Abril e entregue aos Mellos em 1977 pelo primeiro governo Mário Soares, continua a ser uma empresa recuperável e lucrativa, que tem no sector têxtil nacional escoamento garantido pra a quase totalidade da sua produção.

Em 4 anos os Mellos sabotaram deliberadamente a empresa, agravando a sua situação económica e financeira. A intenção do grupo bem conhecido já antes do 25 de Abril era obter vantajosos benefícios da banca e do Governo no campo financeiro despedindo ao mesmo tempo um milhão de trabalhadores.

Há 20 meses sem salários, tendo utilizado as mais variadas formas de luta, os trabalhadores da CIFA continuam decididos a defender todos os postos de trabalho e conseguir uma autêntica viabilização da empresa.

Depois do encontro-convívio, que no final de Agosto juntou mais de duas mil pessoas en-

tre trabalhadores da CIFA, familiares e amigos (uma importante iniciativa na já longa luta dos trabalhadores de Valongo), no passado dia 13 foi a vez de irem a Lisboa onde, apoiados pelos activistas e dirigentes sindicais, se mantiveram em vigília junto à residência do primeiro-ministro. Como se sabe, essa forma de luta prevista para durar 24 horas, foi levada a cabo apesar das prisões.

No Grupo Mondego, os Mellos não pagam salários e ameaçam com o desemprego. As fábricas Mondex e Ritex estão paralisadas. Os salários de Julho, Agosto e o subsídio de férias apenas foram pagos em parte. Do grupo, só a Calce se mantém em laboração. Mas há um plano para a «reestruturação». Como isso implica no mínimo mais despedimentos e repressão, prevê-se que a luta prossiga até serem satisfeitas as justas reivindicações dos trabalhadores: pagamento dos salários em atraso, garantia de todos os postos de trabalho e verdadeira viabilização da empresa.

Os Mellos não fazem por menos...

Depois de terem recebido do Governo chorudos benefícios — um empréstimo de 786 mil contos e um subsídio da Secretaria de Estado do Emprego de 170 mil contos — os Mellos deixaram de pagar aos trabalhadores e praticamente paralisaram as empresas para tentarem impor um dito plano de reestruturação, cujo único objectivo é lançar no desemprego muitas centenas de trabalhadores.

Nesse plano chamado de «reestruturação», no qual em vez das três empresas actuais fazem aparecer sete, está escrito textualmente que o objectivo é «começar com muito pouco pessoal».

A seguir vêm as promessas de que os «inactivos» serão readmitidos ao longo de três anos. Entretanto, não receberiam qualquer salário. Mas nessas promessas ninguém confia.

Para cúmulo, os Mellos propõem ainda uma «rotatividade» dos «inactivos», o que obviamente constitui uma tentativa para quebrar a unidade, a resistência organizada dos trabalhadores.

Lutas noutras empresas

Ainda no Porto, destaque para as lutas na Equimetal, grupo Wandschneider e Porto de Leixões. Neste último caso, a paralisação, que terminou na quinta-feira passada, deveu-se à não requisição de equipas para a descarga dos navios e à presença da policia marítima, armada de G3. O Governo comprometeu-se a requisitar novamente essas equipas e a levantar um inquérito sobre a presença de agentes

armados no porto de Leixões. Os trabalhadores portuários continuam mobilizados e voltarão à luta, caso os compromissos não sejam cumpridos por parte do Governo através do ITP.

Na Equimetal, depois de terem cortado recentemente o trânsito na via rápida, os traba-

Afirma a União dos Sindicatos de Aveiro: «Hoje os trabalhadores são obrigados a financiar o patronato à custa da sua própria miséria. Em apenas 46 empresas de 4100 trabalhadores os quantitativos referentes a salários em atraso somam 112 600 contos. Os sectores mais afectados por esta situação são o metalúrgico com 61 000 contos, o têxtil com 20 600 contos e a construção civil-madeiras com 20 500 contos.

«Estes números, que constituem uma simples amostragem do que acontece no distrito — já que são inúmeras as pequenas e médias empresas com problemas semelhantes que não foram consideradas naqueles dados — traduzem bem a gravidade da situação social no distrito, que, ao contrário do que alguns governantes pretendem fazer crer, se atola cada vez mais preocupantemente no pântano da crise». A União sindical de Aveiro refere-se sobretudo a elementos por ela recolhidos acerca de empresas que encerraram e deixaram de pagar salários. A maioria dos casos ocorreu depois de os trabalhadores irem para férias.

lhadores da fábrica de São Mamede decidiram impedir a saída de obra acabada enquanto não lhes forem pagos os salários em atraso.

Na Wandschneider, com três unidades fabris em São Caetano, Maia e Crestuma, os perto de 700 trabalhadores estão em greve desde o dia 10 pelo pagamento dos salários de Agosto e do subsídio de férias. Contra as tentativas de lançar a divisão pagando somente numa das fábricas, os trabalhadores exigiram o pagamento nas três ao mesmo tempo e continuaram com a greve.

Uma última referência ainda para as lutas nas Malhas Ameal, na Joinal e na Masa, estas em Águeda. Salários e

subsídios atrasados determinaram também essas lutas que os trabalhadores têm desenvolvido com boa adesão.

Aveiro muito afectado

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro citava entretanto, de um total de 44 empresas, a Casal a Joinal, Baratas e Smol, como exemplos característicos desse «número crescente» de unidades de produção afectando «cerca de quatro mil trabalhadores».

A situação social no distrito, nomeadamente no sector metalúrgico, «vem-se agravando



mês após mês» — afirma o Sindicato que refere «salários em atraso, com repressão, despedimentos, castigos, impedimentos à acção sindical e atropelos generalizados à lei. A situação económica (na maior parte dessas 44 empresas,

acrescenta o Sindicato) é muito precária, sendo certo que na maioria este fenómeno é artificial e como tal é provocado», frisa a direcção dos metalúrgicos que, acerca da Joinal, diz que «os trabalhadores conhecem, aqui e na maioria das

empresas, a acção concertada do roubo e do desmantelamento da actividade económica que o Governo comanda e o patronato aproveita».

Como é evidente, na raiz dos conflitos e na falta de medidas para a sua solução conti-

nua a ser denunciada pelos trabalhadores e pelas organizações que os representam esta política de descalabro e este Governo, pelo que se mantém cada vez mais actual a exigência popular da sua demissão.

Em Sever do Vouga

Trabalhadores sem pão há dois anos

Duzentos trabalhadores saem todas as manhãs de suas casas dirigem-se naturalmente à empresa onde trabalham. É na aldeia do Pessegueiro, em Sever do Vouga, e a empresa chama-se «Nova Vouga», é do ramo da panificação e está equipada com a mais moderna maquinaria da Europa, segundo se diz. Até aqui é tudo muito natural, duzentos trabalhadores dirigem-se ao trabalho e pronto. Só que não trabalham, ficam-se à porta da fábrica e esperam. Esperam há mais de dois anos pelos salários e há muitos meses também aguardam que a empresa volte a laborar. Aqui começa o insólito. É no entanto um exemplo — embora dramático — bastante divulgado no país.

queria lá políticas. Quinze dias depois, porém, Ângelo Correia foi recebido e a administração preparou a recepção ao dignitário do PSD. Ângelo Correia prometeu então desbloquear o assunto. Em Novembro seguinte voltou a visitar a empresa e a administração pôs a fábrica a trabalhar durante oito dias...

A partir de então, nunca mais funcionou. Os trabalhadores referiram

ria do executivo Soares/Pinto, através de requerimentos.

O último requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português pretende do Governo que esclareça com urgência vários pontos. Pretende saber, por exemplo, «que razões apurou o Governo que justificam que a empresa se encontre paralisada e os trabalhadores com 2 anos de salários em



«Esperam há mais de dois anos pelos salários e há muitos meses que a empresa volte a laborar»

pronta a laborar desde que haja matéria-prima. Como de resto já laborou em curtos períodos.

Recorde-se que, durante a campanha eleitoral do ano passado, quando Zita Seabra viu rejeitada a sua pretensão de visitar a fábrica, esta se encontrava trabalhando parcialmente. Dizia a administração que não

ainda à deputada comunista que a inspecção do Trabalho se deslocou à empresa e lhes disse que não poderia fazer mais do que multar, agravando o estado da «Nova Vouga». O Governo, por seu lado, não tomou qualquer medida. Parece mesmo ignorar o caso, apesar de Zita Seabra ter por três vezes tentado refrescar a memó-

atraso, sendo certo que a administração da empresa se encontra ligada a outras empresas do ramo que estão a laborar».

Se o Governo não responde é porque o pão dos trabalhadores lhe não interessa. Churrascos não falta aos membros do Governo PS/PSD nos jardins de S. Bento.

Vitórias da unidade sindical



Ao referir-se ao avanço do movimento sindical unitário, o departamento de informação da CGTP-IN anuncia que as listas de unidade ganharam 42 eleições em 50 sindicatos no primeiro semestre deste ano.

As vitórias alcançadas em 84 por cento dos processos eleitorais corresponderam 8 por cento para as organizações divisionistas da UGT, que ganharam apenas em 4 associações sindicais.

Segundo os elementos fornecidos por aquele departamento de informação, os sindicatos onde houve eleições no primeiro semestre de 1984 representam 476 543 trabalhadores.

Refere ainda o DIF da Inter que «o reforço evidente da CGTP-IN vem-se acentuando ao longo dos últimos anos. Recorde-se que, no triénio 80/82, num total de 235 eleições sindicais contabilizadas, abrangendo um milhão e seiscentos mil trabalhadores, as listas identificadas, ou próximas da CGTP-IN, venceram em 194 sindicatos, ou seja, em 82,5 por cento do total.

Por outro lado, em 1983, acrescenta o DIF, «num total de 56 eleições sindicais contabilizadas, as listas da CGTP-IN ganharam em 51 sindicatos (91 por cento) e as divisionistas/UGT em apenas um, sendo as restantes quatro listas independentes».

Federação do comércio em Berlim

Durante seis dias, a FPSCES, foram discutidos em Berlim, na RDA, «os problemas e as aspirações dos trabalhadores do comércio de todo o mundo». A VIII Conferência Internacional dos Trabalhadores do Comércio, que encerrou na passada segunda-feira na capital da República Democrática Alemã, contou com a participação da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços que, em comunicado do dia 24, refere aquela organização como «o mais representativo fórum internacional de discussão dos problemas políticos, económicos e sociais que afectam dezenas de milhões de trabalhadores do comércio e serviços de todos o mundo». A Federação sublinha nomeadamente no seu comunicado sobre os trabalhos da Conferência que «o representante da FPSCES denunciou a política do Governo português e os seus resultados dramáticos na economia e no comércio português, em particular sobre todos os trabalhadores do ramo» em Portugal.



Berlim, capital da RDA, acolheu a VIII Conferência Internacional dos Trabalhadores do Comércio

Documentos dos partidos comunistas e operários ARTIGOS E INTERVENÇÕES

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

edições Avante!

Internacional

ASSEMBLEIA DA ONU

Os grandes problemas estão presentes

Iniciou-se dia 18 a 39.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, coincidindo com a celebração do seu 40.º aniversário. Não é uma data qualquer nem são de somenos importância os debates que se irão seguir, muito embora haja quem se empenhe, como é salientado no projecto de resolução aprovado pelo comité preparatório das comemorações desta data, em «debilitar o papel da Organização das Nações Unidas nas relações internacionais». O que no fundo só atesta da importância da organização, cujos princípios, segundo as palavras do presidente da Sessão, o zambiano Paul Lusaka, «permanecem hoje tão actuais como no período crítico da luta contra o nazifascismo, quando foram formulados».

Quarenta anos depois da sua formação, e com uma composição notavelmente enriquecida, com a presença de um número determinante de jovens países libertos do colonialismo e da própria comunidade socialista alargada, a Assembleia da ONU tem pela frente, não só o debate de problemas muito graves, como, no plano prático, muitas vezes o boicote a conclusões aceitáveis e à sua concretização. Basta lem-

brar as resoluções relativas à Namíbia, e até a própria formação de Israel. O que não impede de estarmos em face do maior e mais representativo fórum internacional, cuja real importância não poderá deixar de crescer com o crescimento do próprio peso da internacionalização da vida em todos os planos: do político ao social, do económico a científico.

Entre os 142 pontos que figuram no projecto da Agenda,

e que espelham todo o espectro dos problemas do mundo contemporâneo, dominam as questões-chave do presente: pôr fim à ameaça de uma guerra nuclear e à corrida aos armamentos e lançar as bases de uma nova ordem económica internacional, barreira indispensável à situação verdadeiramente desesperada que alastra e se aprofunda na grande mancha de países em vias de desenvolvimento, vítimas das várias formas de exploração neocolonialista.

Uma nova imagem?

Quer se fale de corrida aos armamentos, quer de pauperização crescente de povos cujos recursos e trabalho de há muito são avidamente sugados (e mesmo de outros que alinham no «clube dos ricos»), inevitavelmente vamos desem-

bocar em Washington, na cabeça do imperialismo. Um «fascismo» cientificamente fundamentado, e que a prática todos os dias confirma.

E, no entanto, Reagan foi à Assembleia Geral da ONU fazer algo de semelhante a um discurso de paz. E falou de diálogo. E insistidamente se fala em Washington da abertura de uma nova situação nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, com o encontro entre Reagan e Gromyko, de que naturalmente o presidente norte-americano seria o responsável...

De facto, esforços não faltam para tentar apresentar Reagan, candidato presidencial às eleições que marcam já toda a vida política e até económica dos Estados Unidos, como cabal defensor dessa paz por que hoje se ergue no mundo o maior movimento de massas alguma vez existente

na história da acção organizada contra a guerra.

Só que já à partida tais esforços surgem com um carácter deveras contraditório. Robert McFarlane, adjunto do presidente para os assuntos de segurança nacional, e que, tal como outros altos funcionários, activamente participa na campanha eleitoral de Reagan, anunciou, por exemplo, a «disposição» de Reagan para aceitar o caminho de conversações e acordos com a URSS, na base... do incremento do poder militar, que teria criado as condições vantajosas para o início de tais conversações. E ao que parece não conseguiu encontrar melhor exemplo para a política de Washington em relação a países em vias de desenvolvimento que o caso — «positivo» — de El Salvador!

Convenhamos que não serão estas as melhores garan-

tias de uma outra imagem de Reagan.

Os factos

Mas mais que as palavras e os argumentos, interessam os factos. Como salientou recentemente, em entrevista ao «Pravda», o camarada Tchernenko, «as orientações políticas e, o que é o principal, as acções práticas dos mandatários da política externa dos EUA, estão manifestamente viradas para o fomento progressivo e perigoso da tensão internacional (...) Washington orienta, com uma fraqueza cinica, as suas ambições imperiais e salienta o papel e o lugar da América no Mundo contemporâneo. Pretende ser o país mais poderoso, o senhor dos destinos dos povos, capaz de ditar a sua vontade a todos e por toda a parte. Resumindo, trata-se, agora, de uma cruzada, não só contra o socialismo,

mas, de facto, contra todo o Mundo».

Na verdade os factos alinham-se numa lista terrível. E são irrefutáveis.

De pouco valem palavras de paz quando novos barcos de guerra rumam para o Líbano, a pretexto do combate ao terrorismo internacional, se alimentam as agressões permanentes à Nicarágua e se esboçam planos de invasão. Quando se prolonga o impasse na Namíbia, com o seu cortejo de mortes e de grande tensão, a despeito das resoluções da ONU, e unicamente porque Pretória conta com todo o apoio da Casa Branca (e de outras capitais da Europa capitalista, note-se).

De pouco valem palavras de paz quando se recusa assumir o compromisso de não ser o primeiro a utilizar a arma nuclear, e tão-pouco o de simples congelamento dos arsenais nu-

cleares ou se recusa um tratado de não-agressão entre a NATO e o Tratado de Varsóvia. Por maioria de razão quando a directiva presidencial de defesa para os anos de 1984-88, constitui um verdadeiro programa de guerra contra a comunidade socialista, e o organismo militar, aliás de acordo com esse programa, atinge níveis recordes.

Factos indesmentíveis que, entretanto, não retiram à necessidade de diálogo o seu carácter imperativo. Diálogo baseado nos princípios de igualdade, de segurança mútua, tendo em conta os interesses de segurança de todos os países e povos.

O diálogo que não se baseia na força das armas, e que por isso o imperialismo não quer. Mas o único plausível. Aquele que a luta dos povos acabará por impor. Porque não há alternativa.

A greve dos mineiros britânicos
Uma grande batalha

O sector carbonífero da Grã-Bretanha está há seis meses em greve. Uma greve em que se defronta com uma legislação antioperária que abre portas a uma brutal e diversificada repressão, e o total empenhamento do governo em fazê-la gorar. E, no entanto, prossegue.

Na verdade o que está em causa para os trabalhadores das minas de carvão britânicas, é muito. É a sorte de mais de 20 000 mineiros, a sobrevivência de dezenas de cidades mineiras — o preço do programa antioperária de 20 a 30 minas em 1985. A somar a outros números não menos preocupantes: desde a chegada de Thatcher ao poder, o número de trabalhadores do sector carbonífero desceu em 17%, passando de 356 mil para 297 mil. Simultaneamente o número de desempregados no país ultrapassa largamente os 3 milhões.

Ao governo de Thatcher são bem diversas as razões que o movem.

Trata-se, antes do mais, de uma política de destruição de certos sectores da economia, ditada por interesses (e contradições) do grande capital nacional e internacional. Por exemplo, neste momento, a Europa capitalista está a importar 62 milhões de toneladas de carvão, mais de 23 milhões dos quais dos Estados Unidos, enquanto são fechados poços e suprimidos postos de trabalho em vários destes países — exactamente no sector carbonífero.

De par de razões económicas, que como está visto nada têm a ver com interesses nacionais, há razões de ordem política.

O esmagamento do movimento operário, exactamente nos sectores onde ele se mostra mais organizado e combativo, é objectivo de qualquer governo reaccionário. Por isso constitui também objectivo do governo conservador de Lon-

dres. Esse mesmo que prepara as suas próprias forças de intervenção rápida, para mais oportunamente agir, quando lhe convenha, em diversas partes do mundo.

E assim, nas páginas do «Morning Star», o secretário-geral do Partido Comunista da Grã-Bretanha denuncia: os conservadores «consideram que se conseguirem esmagar os mineiros e o seu sindicato poderão reprimir implacavelmente todo o movimento sindical, principal obstáculo à sua política de despedimentos em massa, encerramento de empresas e liquidação do sector público da indústria.

«Os mineiros, juntamente com as restantes forças democráticas da Grã-Bretanha, constituem uma barreira à ofensiva dos conservadores contra os direitos democráticos e as liberdades civis».

É porque estão em causa razões de ordem política e razões de ordem económica («o carvão é uma das nossas maiores riquezas» — afirma com clareza o PC da Grã-Bretanha) — que a grande luta dos mineiros surge, neste momento, como uma trincheira, um polo da luta de classes — «a vitória dos mineiros será uma vitória de todo o povo britânico».

O que, da parte do governo, não pode deixar de se traduzir numa grande concentração de meios repressivos. A começar por uma legislação abertamente antioperária, previamente elaborada, a reequipagem de muitas centrais eléctricas para poderem utilizar fuel e a criação de reservas de hulha.

Da repressão mais violenta, dos confrontos com a polícia, já resultaram três mortos, cerca de mil feridos e quase seis mil presos. Por outro lado o governo decidiu a supressão dos abonos de família às famílias dos mineiros e o bloqueio dos fundos sindicais. Outras armas estão ainda de reserva,

da vasta legislação anti-sindical.

Apesar da repressão — e contra ela — têm-se registado alguns movimentos e acções de solidariedade da parte de outros sectores de trabalhadores. A recente conferência anual do Congresso Britânico dos Sindicatos, por maioria esmagadora de votos, dirigiu um apelo a todos os sindicatos ingleses para que dêem o seu apoio à greve dos mineiros.

Uma grande batalha que prossegue e que, desde já independentemente do seu desfecho, não deixará de marcar o movimento operário da Grã-Bretanha e a própria vida política nacional.

Estados Unidos

Reagan,
em nome de Deus...

O cinema americano tem tomado a seu cargo a divulgação um pouco por todo o lado da enorme fantochada que são as eleições nos Estados Unidos. Os aspectos burlescos assumem por vezes tais proporções que se torna difícil encontrar expressões para os classificar. Todos os meios são bons para atingir os fins pretendidos e não se poupam esforços para convencer o eleitorado que o escrutínio traduzirá de facto a expressão da sua vontade.

Mas por vezes o excesso de zelo dos estrategas eleitorais vai tão longe que o feiticeiro se vira contra o feiticeiro. Foi o que sucedeu este ano com a carta que o senador Paul Laxalt enviou a 45 mil padres escolhidos a dedo em 16 estados da União, convidando-os a servirem-se da sua influência em favor da reeleição de Reagan.

A carta rezava assim: «caro líder cristão, na qualidade de presidente da «Reagan-Bush 84», a campanha oficial do presidente, escrevo-lhe a pedir que desempenhe um papel de relevo no que pode vir a ser a mais importante eleição deste século. O presidente Reagan, como sabe, tem um compromisso inabalável com os valores tradicionais que sei que defende. Além disso, ele revelou, em várias ocasiões, as suas convicções espirituais.

«Na nossa qualidade de líderes sob a autoridade de Deus, não nos é permitido escudarmonos numa neutralidade ociosa...»

«Junte-se a nós para assegurar que os crentes da sua paróquia tenham uma palavra a dizer nas próximas eleições — uma palavra que ajude a garantir a reeleição do presidente Reagan e do vice-presidente Bush.»

Das muitas considerações que esta carta pode suscitar, uma há que se impõe de imediato: o facto de Reagan e os seus acólitos se considerarem investidos de autoridade por vontade divina!

Desconheça-se de onde lhes chegou tal convicção, muito em voga na antiguidade quando reis e imperadores detinham o poder absoluto, mas de há muito completamente em desuso. Conhecendo no entanto a política seguida pela administração Reagan, há que reconhecer

que a sua identificação com o «partido de Deus», como Reagan lhe chama, arrisca a reacender a velha questão do papel da Igreja ao longo da história da humanidade.

Afirmar nos dias de hoje, como a referida carta o faz, que o presidente Reagan foi fiel na defesa das questões que importam aos cidadãos cristãos, faz pensar nos tempos da Inquisição, na caça às bruxas, nos autos de fé, na santa aliança entre religião e ditadura.

Porque do saldo de fidelidade de Reagan sobressaem exemplos como a invasão de Granada, os bombardeamentos norte-americanos no Líbano, a minagem dos portos nicaraguenses e os preparativos para a invasão da Nicarágua, a guerra cada vez menos encoberta dos EUA contra os patriotas salvadoreños, a corrida às armas nucleares e respectiva instalação na Europa ocidental, a reconhecida preparação da chamada guerra das estrelas.

O rol não é exaustivo, evidentemente. As intervenções do imperialismo norte-americano são de tal monta que não é possível resumir-las em meia dúzia de linhas; mas são também tão evidentes que não podem ser ignoradas.

O presidente salvadoreño Napoleón Duarte afirmava recentemente ao «Playboy» que as prioridades do país são decididas por aqueles que nos fornecem o dinheiro, isto é, os EUA; no princípio do mês, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o representante norte-americano utilizava pela oitava vez em três anos o direito de veto para impedir a aprovação de uma resolução condenando Israel pela ocupação do Líbano.

A reacção do primeiro-ministro libanês resume claramente

tudo o que se poderia dizer sobre o assunto: **ao adoptar uma atitude tão vergonhosa, afirmou, a América mostra a sua verdadeira face. Esse país que pretende ser o defensor dos direitos dos povos preferiu apoiar o opressor contra o oprimido e o criminoso contra a vítima. Que o diabo leve a civilização moderna representada por consciências tão baixas.**

Reagan é um fiel servidor dos interesses do imperialismo e mais do que qualquer outro presidente norte-americano acha que as fronteiras dos EUA se situam onde se situam os seus interesses. Hoje afirma-se líder por vontade de Deus. É caso para lhe sugerir o lema tão caro aos ditadores dos tempos aurosos do fascismo e do nazismo — Deus, Pátria e Autoridade.

11.º aniversário
da independência
da Guiné-Bissau

Há onze anos, a 24 de Setembro de 1973, o PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, proclamava em Madina do Boé a independência da Guiné-Bissau. O colonial-fascismo português, entretanto, tinha já o seu fim marcado para breve: a 25 de Abril de 1974 seria derrubado e a independência da Guiné-Bissau seria formalmente reconhecida por Portugal em Setembro desse ano.

Aos duros anos de luta independentista e anticolonialista seguiram-se, para a Guiné-Bissau, novos desafios, sobretudo económicos, dado o atraso em que o regime fascista português deixou a generalidade das suas ex-colónias. Não têm sido fáceis estes onze anos de vida do jovem Estado guineense, mas a determinação de um povo quando toma a vida em suas mãos é capaz de vencer todos os obstáculos e trilhar os caminhos do progresso.

A luta contra o subdesenvolvimento e a superação das múltiplas dificuldades que se colocam, naturalmente, a um jovem Estado, têm mobilizado os esforços e a vontade do PAIGC e do povo guineense ao longo destes anos de independência, tal como mobilizou nos árduos tempos da luta armada. A liberdade e o bem estar dos povos forja-se assim mesmo: com as energias e potencialidades próprias, na solidariedade de todos os povos e países do mundo amantes da paz e do progresso.



Delegações de mineiros em frente da sala de congressos dos sindicatos britânicos (TUC), em Brighton. O apoio à sua luta foi total

Continua a repressão na África do Sul

Uma organização religiosa afirmou recentemente ter identificado 66 mortos em consequência da repressão das autoridades racistas nas manifestações populares no triângulo do Vaal. Segundo aquela organização existiam ainda mais onze corpos por identificar, o que perfaz um número de vítimas muito superior ao reconhecido pelo regime de «apartheid». Prosseguem entretanto os confrontos entre a população negra e as autoridades, tanto nos bairros pobres circundantes de Joanesburgo como nas minas, onde os trabalhadores lutam por melhores condições de vida e de trabalho; no funeral de um trabalhador negro assassinado a polícia prendeu 500 pessoas.

Estes acontecimentos estão a pôr seriamente em causa a nova imagem que o regime de Botha pretendia exportar para o estrangeiro: **estamos empenhados** — afirmou Botha na cerimónia da tomada de posse dos deputados indianos e mestiços das duas câmaras fantoches recém-eleitas em que esteve presente Jonas Savimbi como convidado especial — **em respeitar e defender os valores cristãos e as normas civilizadas.** Como se pode verificar.



Nos últimos dias, a repressão na África do Sul tem-se revestido de extraordinária violência

A crise em Israel

O governo de vergonha nacional, como é chamado pelas forças progressistas israelitas a coligação de Shimon Peres e Isaac Shamir, começou a tomar medidas de profundas incidências no nível de vida da população sem que tenha sido apresentado ainda um plano económico para fazer face à grave crise em que o país se encontra. Estão neste caso a aprovação de novos impostos, através dos quais o governo espera arrecadar entre 600 a 700 milhões de dólares.

De acordo com declarações do ministro das Finanças, Isaac Modai, só nos impostos sobre rendimentos espera-se conseguir cerca de 150 milhões de dólares. A Histadrut (a Confederação de Trabalhadores) aceitou já o lançamento de um imposto até 10 por cento sobre os salários reais. Entre as medidas anunciadas incluem-se ainda cortes de mil milhões de dólares nas despesas públicas e a redução drástica de subsídios a alimentos, combustíveis e serviços. Entretanto, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros, Isaac Shamir, deslocou-se aos EUA para pedir ajuda económica e analisar a situação da presença militar israelita no sul do Líbano.

Massacre no sul do Líbano

Habitantes da aldeia de Sohmar, no sudeste do Líbano, denunciaram no fim da semana passada ao chefe das Forças das Nações Unidas naquele país que as milícias do Exército do Líbano Sul, sob as ordens de Israel, massacraram vários civis na praça central da localidade. Foram assassinadas ficaram pelo menos 13 pessoas e 22 e feridas, algumas gravemente. Segundo vários jornais, inclusive de Israel, as forças do ELS cercaram a aldeia e obrigaram a população a juntar-se na praça onde procederam ao massacre, na presença de oficiais israelitas.

A nova escalada de violência no Líbano coincidiu por outro lado com a chegada às águas territoriais libaneses de três navios de guerra norte-americanos, enviados pela administração Reagan para exercer possíveis represálias contra o atentado às instalações da embaixada dos EUA em Beirute. De acordo com o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, os EUA continuam à procura de diferentes maneiras de responder ao ataque.